

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)**

**07.10.2020**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)**

**07.10.2020**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Boa tarde a todos, sob a proteção de Deus damos início à Comissão de Transportes e Comunicação, havendo o número regimental, declaro aberta a quarta reunião ordinária da Comissão de Transportes e Comunicação, da segunda sessão legislativa, da 19ª Legislatura.

Quero aqui anunciar a presença dos nobres deputados Rodrigo Gambale, Carla Morando, este que vos fala, Ricardo Madalena, Coronel Nishikawa, Tenente Nascimento, Maurici, Mauro Bragato, Estevam Galvão, Itamar Borges e o deputado André do Prado. Solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Pedir a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram, aprovada. Vamos lá. Quero agradecer aqui a presença do diretor-geral da Artesp, Milton Persoli, e seu assessor, Dutra, que hoje aceitou o nosso convite, e está aqui para redimir algumas dúvidas que esses parlamentares têm com relação ao Rodoanel, e também à Rodovia Castelo Branco.

Daqui a pouco ele será arguido, nós vamos dar início aqui à pauta do dia, que vai ser rapidinho, são poucos itens, vamos lá então. Pela ordem, deputada Carla Morando, fica à vontade, senta aqui com a gente, Carla.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Não, tranquilo, eu gostaria de fazer o pedido de vista dos itens 1, 2 e 3.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Então acho que nós não vamos ter deliberação aqui, item 1, 2 e 3, é regimental.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Eu quero pedir vista do item 4.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Item 4, Estevam Galvão, e itens 1, 2 e 3, deputada Carla Morando. É regimental o pedido de V. Exas., vistas concedidas, agora para a ciência eu vou deixar nesta secretaria, aqueles que tiverem interesse em observar os itens para ciência, vai estar na secretaria.

Eu gostaria de convidar aqui o presidente, o diretor-geral da Artesp, o Sr. Milton Persoli, para tomar assento aqui na frente. Tudo bem, Milton? Lá, por favor, item 2, receber o diretor-geral da Artesp, sr. Milton Persoli, para prestar esclarecimentos sobre a construção da alça de acesso do Rodoanel, em Suzano, e a abertura das bases operacionais da Rodovia Castelo Branco.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Quero cumprimentar todos os colegas deputados, cumprimentar V. Exa., Sr. Presidente, e cumprimentar o nosso diretor da Artesp, Milton Persoli.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, e nobres deputados, eu fiz uma audiência remota, virtual, com a Artesp no dia 14/08 de 2020, exatamente a respeito da alça do Rodoanel em Suzano, que é um dos objetos da nossa reunião de hoje, com a presença do Milton Persoli. Eu conheço já o posicionamento técnico da Artesp, mas eu entendo, Sr. Presidente e nobres deputados, que o momento político, de eleições municipais, e isso pode criar um confronto que eu não gostaria, um confronto meu, como deputado, com o prefeito de Suzano, que tem uma posição diferente, um constrangimento meu, o deputado André também, que é meu, além de ser colega, meu amigo de longa data.

Como eu conheço já a posição técnica da Artesp, se não houver objeção do deputado André, e de outros deputados, eu gostaria que a discussão da alça do Rodoanel ali em Suzano fosse marcada em uma próxima data. Agora, se o deputado André, e algum outro deputado

insistir, eu estou à disposição para continuar aqui, e discutimos também sobre a alça. Mas eu não gostaria, neste momento, de nenhum confronto político, nem com o deputado amigo-colega, e nem com o prefeito da minha cidade, que é Suzano.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ouvindo as palavras do deputado Estevam Galvão, eu faço aqui, como presidente desta Comissão.

**O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Já vou dar a palavra ao deputado André do Prado, faço uma sugestão aqui os demais pares nesta Comissão, para que a gente ouça a pessoa do Sr. Milton Persoli tecnicamente, não é? Que a gente ouça ele tecnicamente, e não politicamente, vamos dizer assim, porque ele despendeu a tarde dele para estar aqui presente, provavelmente trouxe informações de fundamental importância para a população da região de Suzano e Itaquá.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Mas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pois não.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Se não houver objeção.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Principalmente do deputado André.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, nós vamos.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - O Milton Persoli.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Está inscrito, vai falar agora.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Persoli, poderia falar apenas sobre a Castelo Branco, que também faz parte da pauta.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Aqui nós estamos para todos os gostos, viu, deputado Estevam?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Mas eu devo deixar bem claro.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Tá.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Como eu conheço a posição, eu não tenho nenhum impedimento, eu discutiria tranquilamente, mas eu acho que o momento não é oportuno, politicamente, para essa discussão, eu acho que poderá criar alguma divergência, confronto, que não é do meu feitio, nem do meu caráter.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Ok, eu vou passar a palavra ao deputado André do Prado, que acabou de fazer a solicitação, sendo que eu já emiti a minha opinião. Pois não, deputado André do Prado.

**O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL -** Sr. Presidente, da minha parte, o pedido do deputado Estevam, sem problema algum, porém, o requerimento da arguição do nosso presidente não foi não foi da minha parte, e sim do deputado Rodrigo Gambale, então eu não tenho nem autonomia para dizer isso – mas da minha, viu, Estevam? Com todo o respeito que tenho a V. Exa., concordo.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Me perdoe então, André, porque eu sinceramente não sabia, eu imaginava que o requerimento era seu, mas se é do Gambale, eu me dirijo ao Gambale, repetindo as minhas colocações, Gambale.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Só para uma questão de ordem, foi feito um convite, e não um requerimento, uma solicitação, um convite, e o Sr. Milton Persoli, engenheiro Milton Persoli, de pronto já nos atendeu. Eu passo a palavra ao deputado Rodrigo Gambale, para que faça o uso dela.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Presidente, boa tarde, boa tarde a todos os deputados aqui hoje desta Comissão. Compreendo até o motivo do nosso deputado, líder, Estevam Galvão, mas acredito, Estevam, que fará uma apresentação técnica. Eu acredito que ele até, o Milton, a gente fez uma audiência dia 22 último, apresentando até as possibilidades nos dois locais, tanto Estrada do Fernandes, que eu sou um defensor que também aconteça na Estrada dos Fernandes.

Apesar de que eu defendo que seja tanto lá quanto na SP-66, porque eu acredito que vai ajudar, e muito, a vida dos quase três milhões de pessoas que moram ali no Alto Tietê, e também na Estrada dos Fernandes pelo tamanho da área, e do investimento que poderia ser feito, através da construção. Então eu acredito que se a gente só ouvi-lo, e eu vou até fazer umas perguntas, nem de discussão, até porque a discussão que existe é da população, para conosco, de tanto tempo que isso vem sendo um grande problema lá no Alto Tietê, e sei o quanto o senhor defende, e luta, pela alça do Rodoanel, assim como o André do Prado, e nós, deputados do Alto Tietê.

Então, até mesmo para valorizar a tarde que o Dr. Milton veio aqui, acredito que a gente não precisa chegar em singularidades de qual local vai ser feito, mas pelo menos para ter um entendimento de como está o andar da carruagem, entender como que a SPMar vai se portar em relação a essa construção, se estava na concessão que era obrigação de ela construir ou não. Eu queria entender até pela cobrança que a população nos faz diuturnamente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Bom, então dando andamento, mais alguma inscrito que queira fazer o uso da palavra? Eu acho que vamos fazer o roteiro da gente, primeiramente, ouvir o engenheiro Milton, diretor-presidente da Artesp, e após a explanação dele, nós abrimos a palavra aos Srs. Deputados. Com a palavra, o diretor-geral Milton Persoli.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Presidente, boa tarde, deputado Ricardo Madalena, presidente da Comissão de Trânsito e Comunicação, eu queria cumprimentar os demais deputados, na pessoa da deputada Carla Morando, é um prazer estar aqui. Quando nós fomos submetidos a nossa arguição inicial, e eu me coloquei sempre à disposição, e estarei sempre à disposição. É uma obrigação do servidor público estar presente aqui, é uma obrigação do servidor público trazer informações, não é nenhum favor que a gente presta a esta Casa, muito pelo contrário, esta Casa merece o nosso maior respeito.

E sempre que for necessário nós viremos aqui, estaremos aqui com qualquer situação para a discussão de qualquer tema, que a Artesp hoje, na qual eu estou indicado como diretor-geral, a gente vem trazer como contribuição, e sempre respeitando, e sempre levando em consideração todos os argumentos. Só para o senhor ter ideia, nós já recebemos, em ambiente virtual e em ambiente presencial, os deputados Estevam Galvão, André do Prado, deputado Gambale já para tratar desse tema.

Então, de vários outros vereadores, prefeitos da região, e a gente entende o interesse e a importância desse pleito para a região. A Artesp tem lá, a gente tem uma apresentação, o Fernando acho que pode me ajudar, Fernando, a gente passa a apresentação, já direta, do Rodoanel, depois a gente pode voltar em alguns itens de interesse geral aí, que a gente está cuidando, e a gente separou um pouco para que os deputados, nobres deputados, pudessem ter noção do que a gente está falando.

Então, aqui a gente já tem a primeira informação, que é uma caracterização do Rodoanel, que hoje ele tem 177 quilômetros de extensão, hoje é o Rodoanel Mário Covas, a SP-21, como ele é tratado. Todos sabem da importância viária que esse Rodoanel tem, mesmo. Passa o próximo, Fernando, por favor.

Aí nós estamos caracterizando os trechos já em operação, que é o trecho Oeste, que foi inaugurado em 2002, lá hoje sendo operado pela CCR, o trecho Sul, operado pela SPMar, e o trecho Leste, também operado pela SPMar. Então o sul foi em abril de 2010, e o trecho Leste em junho de 2015, para fechar esse grande anel viário, que vai beneficiar a todo mundo, não só a população das cidades que estão próximas aí, como também a população aqui de São Paulo – nós iremos retirar um volume muito grande de caminhões, que fazem, hoje utilizam as marginais, e a Bandeirantes, com destino ao porto.

Então esse Rodoanel interliga essas grandes rodovias, Bandeirantes, Anhanguera, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra. Agora, proximamente, Dutra, Régis, com a implantação do Rodoanel Norte. Nós estávamos na Dersa, conseguimos, quando o ano passado, a gente conseguiu finalizar o edital de concessão, de obras perdão, o edital de obras do Rodoanel Norte. Esse edital já foi publicado, deve ser lançado agora em leilão, acho que pelas informações do secretário, acho que em novembro deve ter a abertura dos envelopes dos interessados, e finalizar esse trecho do Rodoanel Norte.

É uma obra muitíssimo importante, são seis lotes que estão sendo licitados individualmente, como modelo original, o modelo original também previa a licitação de seis lotes, nós demos continuidade a esse modelo original, e a previsão é que o principal trecho é

o que mais tem dificuldade para ser executado, é o lote seis, que tenha também interligação com o Aeroporto de Guarulhos.

Então, previstos no lote seis do Rodoanel, também um tramo à direita, que vai fazer a interligação com o Aeroporto de Guarulhos. Ali tem uma algumas desapropriações, que é o que mais pode impactar um pouco na execução do prazo dessa obra. Esse trecho, nós temos como previsão 22 a 24 meses, o restante são 18 meses. A média de cada lote, de conclusão, são 18 meses, então nós estamos, daqui dois anos e pouco, o Rodoanel todo completo, então isso vai trazer um volume adicional muito grande, e vai trazer uma operação muito grande entre todos esses eixos, não é?

Então isso vai impactar ainda mais na necessidade de a gente ter uma definição, deputado. Nós vamos ter que ter uma definição, porque na hora em que esse Rodoanel se complementar, e esse anel estiver em operação, nós temos uma grande articulação de rodovias, nós temos uma grande articulação para a cidade de São Paulo, e para cidades e municípios que circundam o Rodoanel, para trazer e levar a rodovia. Então muito vai se utilizar, e muito vai ser necessário, essa definição. Então nós estamos cientes de quanto, e a importância dessa definição, dos acessos do Rodoanel Leste, junto às prefeituras, que hoje estão representadas pelos Srs. Deputados. O próximo, por favor.

Aí uma caracterização do que a gente tinha falado, que a principal ligação que ainda é o Porto de Santos. Hoje nós temos na Secretaria de Logística e Transportes o secretário João Otaviano, a pedido do governador, e do próprio vice-governador, o Dr. Rodrigo Garcia, nós estamos estudando. Hoje, vocês têm um acesso ao porto com uma única via pela Anchieta, na faixa da direita. Então o maior porto da América Latina, hoje, é alimentado somente por uma faixa de tráfego destinada aos caminhões na Anchieta, sentido litoral, pela faixa da direita. Então nós estamos estudando, junto com a secretaria, uma articulação de fazer a inversão da Anchieta no outro sentido – são quatro faixas, remodelar as quatro faixas de alimentação da via Anchieta, para poder abastecer o porto.

O porto está em um processo grande de crescimento, e nós temos um grande gargalo rodoviário, que é o sistema Anchieta-Imigrantes, pela Imigrantes, pela declividade, ele não pode descer, então nós temos que também ter essa preocupação, e o Rodoanel vai trazer esse volume excessivo, vai conseguir captar esse grande volume de todos os lados com destino ao porto. Então a gente tem essa caracterização. No slide seguinte, a gente tem – isso, esse aí – o slide seguinte é o seguinte: na concessão do Rodoanel, está previsto, sim, um dispositivo com um entroncamento lá na 066.



Esse dispositivo é previsto contratualmente, então foi passada essa designação à SPMar, para que pudesse executar inicialmente os estudos, e o processo de estudos se inicia com um complexo estudo de demanda de tráfego. Então isso, ele se inicia com isso, se inicia esse grande estudo de tráfego, origem-destino, enfim, tem uma série de itens que compõem o estudo de tráfego, e também vem acompanhado de um projeto funcional.

Então não é um projeto executivo, então naquele instante, nós estávamos, nós levantamos, eu não estava lá, eu estou há 70 dias, só, na Artesp, mas nós fomos buscar o histórico disso, e naquele instante a Artesp foi demandada, e demandou a própria concessionária. Ela se iniciou, ela começou a realizar esses estudos para apresentar junto à Estrada dos Fernandes, na SP-066. Ela finalizou um primeiro estudo de tráfego, finalizou primeiro o funcional, e aí, quando isso foi apresentado lá na Artesp, e houve também a contribuição dos municípios, lá de Suzano, de Poá, Itaquaquetuba, Ferraz de Vasconcelos e Ribeirão Pires, aí todo mundo começou a se motivar, a se movimentar, para que pudesse contribuir nessa proposta.

E à época, o trecho foi solicitado, também a possibilidade de um outro estudo, então todos os prefeitos foram, fizeram um pleito lá, presidente, fizeram na Artesp, para que também fosse levado em consideração o estudo junto à SP-66, e junto à Estrada dos Fernandes, e também junto à SP – deixa eu ver se eu acho a data aqui, a 065, mas eles não puseram a data.

Mas também foi feita essa demanda, de que fosse feito o estudo em dois locais, porque os interesses – esse, da Estrada dos Fernandes, acho que pode ser esse mesmo, Fernando. Esse é um estudo funcional que a gente está se referindo, então esse foi o primeiro estudo funcional, e tem um projeto depois disso, é feito um projeto executivo. Neste estudo funcional, e aí todos contribuíram para isso, chegou-se à conclusão de que esse volume que vai ser extraído, nessa alça de descida do Rodoanel, presidente, ele vai ser carregado para esse sistema viário, e esse sistema viário, ele desemboca na Estrada dos Fernandes.

É um volume muito alto, um volume de composição basicamente de caminhões, de porte médio a porte grande, e a Estrada dos Fernandes, hoje, naquele momento, também não existe uma condição de suportar esse volume. O próprio projeto da estrada do Fernandes, ele requer, se você fizer essa alternativa sem você movimentar a Estrada dos Fernandes, ela não vai ter condição de receber esse tráfego, ela não tem condição de projeto, de pavimento.

Enfim, nós temos que motivar, inclusive isso consta numa indicação de uma licença da Cetesb. A própria Cetesb também apontou a necessidade de alguns acertos também, quando for feito essa composição do pavimento, nós temos que fazer uma nova, quase, que

Estrada dos Fernandes, para poder receber esse volume. Então isso também impactou, na época, um pouco essa dificuldade de você trazer um viário desse porte, desembocando numa rodovia, numa estrada, que não tem essa condição viária, não tem essa condição de projeto – estruturalmente o seu pavimento não tem essa condição.

Então ela tem, ela apresenta alguns momentos de algumas, ao longo desse tempo, ela sofreu alguns processos de colocação de comércios, enfim, ela tem residências, ela foi sendo um pouquinho pressionada aí por essa nova mancha urbana. Então, em alguns trechos também, quando você for fazer possivelmente uma duplicação, alguma coisa nesse nível, para trocar esse solo, para fazer um projeto adequado, vamos esbarrar também nesse problema da desapropriação.

Esse é um inconveniente do que a gente teria nessa alternativa. Os licenciamentos ambientais também estão previstos, são, pelo o que você pode observar, presidente, no slide aí, você tem uma necessidade grande de uma intervenção em termos de licenciamento ambiental, mas isso é tudo passível de projetos, não é um impeditivo na verdade, essa proposta não é impeditiva com relação aos seus passivos ambientais.

E nem na sua execução também, a sua execução com relação a sua exigência técnica de execução. Os dois modelos apresentam essa possibilidade, esse é um pouco mais complexo, tem um custo maior, a gente precisa isso, atualizar, ser atualizado, nós temos que atualizar esses estudos de tráfego, temos que atualizar as licenças, para que isso a gente possa avaliar, mensurar valores no projeto.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Pela ordem, deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Pois não.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM -** E caro, eu posso dizer amigo, não é?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Por favor, lógico, trabalhamos juntos.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Na Prefeitura de São Paulo – nós estamos trabalhando nessa Casa aqui com um projeto muito difícil, que é o 529. Difícil, e eu tenho marcado um horário com a liderança do Governo para conversar sobre alguns assuntos, para ver se nós encontramos um caminho. Mas eu acho que esse assunto é muito importante, mas o importante mesmo, Milton, até porque eu vou precisar sair. Eu quero.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Registrado.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Deixar claro, registrado, a minha posição. E a minha fala contigo nessa audiência ficou claro que, tecnicamente, e isso que eu queria ouvir de V. Exa., tecnicamente que a Artesp diz que o local ideal é a Estrada dos Fernandes. E ali já existe um projeto executivo aprovado pela Artesp, e com uma licença prévia ambiental também.

Então, na verdade, o que importa hoje, para a gente, para a gente não avançarmos muito, para não criar nenhum confronto político no momento de uma eleição municipal, se V. Exa. pudesse confirmar apenas esse aspecto técnico, eu ia pedir licença para me retirar, e nós marcaríamos, quem sabe, um outro dia, Gambale, não tem nenhum problema. Mesmo porque essa obra, em razão até da pandemia, não vai ter nenhuma definição, nem decisão, neste, até este final de ano, com certeza isso vai.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Essa obra?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Hein?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Essa?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - É, não tem, claro, mesmo porque essa obra também depende da aprovação ou não do 529, mas eu estou fazendo essas colocações não é porque eu não quero discutir, porque eu tenho tudo gravado aqui, da audiência que eu fiz contigo, com o.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - O Pedro estava?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - O Pedro, não é? O Pedro, estava lá.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Tinham os técnicos da Artesp.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Era o Pedro Brito, o Alberto Silveira e a gerente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso, a Cíbele.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - A Cíbele, mas eu não queria falar aqui, para não criar, exatamente, essa discussão política. Ela vai virar uma discussão política, não tenho dúvida, então eu acho, viu, presidente? Eu acho que ele poderia dizer sobre o aspecto técnico, a posição da Artesp, e a gente continuaria até este debate um pouquinho mais na frente, um mês na frente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Presidente, o senhor decide, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Eu vou, como o ofício da solicitação da presença do diretor-geral aqui foi do Gambale, nós temos que ter um respeito com o autor do ofício. Então eu gostaria de ouvir as palavras do autor do ofício, que eu acho que, até o momento, está sendo de acordo com o pedido do Estevão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim, no âmbito técnico.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - No âmbito técnico.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Também a nossa posição é essa. Depois eu queria só, se o senhor me permitir.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Não haveria nenhum problema de dar continuidade no aspecto técnico, mas eu tenho que ter um respeito junto a quem fez o ofício, pela solicitação do Estevam Galvão, sendo que o deputado André do Prado já falou que por ele tudo bem, sem problema nenhum, que as pessoas, os deputados implicados neste assunto, é o deputado Rodrigo Gambale, que muito luta por isso, assim

como o Estevam Galvão, e assim como o deputado André do Prado, que o questionou aqui quando você foi arguido aqui para poder ser aprovado.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Sim.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Então eu quero ouvir as palavras do deputado Rodrigo Gambale.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Presidente, em respeito, principalmente a esta Casa, em respeito ao tempo de política que o nosso deputado Estevam Galvão tem, por ser da nossa região, eu não sei nem o que dizer, porque assim, eu tenho respeito pelo Estevam, respeito pelo Milton Persoli, diretor, mas é uma atitude que até foge das minhas mãos.

A única coisa que eu tenho visto é que ele está apresentando aqui um relatório sobre como está o andamento, não concluído, do andamento. Não estou vendo ele ser incisivo, até agora, nem para um lado e nem para o outro. Presidente, me desculpa, eu não posso nem assumir uma responsabilidade dessa. Eu tenho o maior respeito pelo Estevam Galvão, mas até agora não estou vendo nada que “tendencie” para um lado ou para o outro. Inclusive assim, eu sou favorável à Estrada dos Fernandes, que é notório, quando a gente vê no projeto, que é uma área muito grande para desenvolvimento.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Gambale, me dá um “apartezinho”, só. Gambale, a minha posição é igual a sua posição, mas eu não quero fazer nenhuma colocação hoje. Como eu conheço, já fiz essa audiência, a posição da Artesp, e dos técnicos da Artesp etc., eu vou pedir desculpa, porque eu tenho realmente que conversar com o líder do Governo. Então o Persoli continua, você está correto, você fez o requerimento.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Presidente.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - E o Persoli, então, explica tecnicamente o pensamento, e as definições, os estudos da Artesp.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Está bom, Estevam.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - E eu peço.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Eu sou um defensor da mesma causa, inclusive eu concordo, que quando a gente vê este projeto, a gente vê o tamanho da área.

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Gambale, você não é só o nosso colega, você é deputado como eu, como o André, entendeu? Eu tenho o maior respeito por você, como deputado, como colega e como amigo. É que eu tenho, realmente, um compromisso agora. E como eu tenho já o posicionamento, que eu já fiz a audiência com os técnicos, com o Persoli etc., eu vou pedir licença, então, para eu sair, e o Persoli continua explicando para os demais deputados presentes. Combinado?

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Ok, muito obrigado, Estevam.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Eu tenho a agradecer aos três deputados aqui, que são partes interessadas, da anuência de todos para que, tecnicamente.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Não, eu não tenho mais problema, eu não tenho nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - O diretor-geral conclua o seu raciocínio. Mais alguma colocação, deputado Rodrigo Gambale?

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Não, só agradecer, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Está joia.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Agradeço a presença de Estevam Galvão, nosso deputado, senador Estevam Galvão. E passo a palavra ao diretor-geral Milton Persoli, para que conclua a sua explanação.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu gostaria até, com todo o respeito ao presidente e aos demais deputados, e com todo o respeito ao nosso querido Estevam Galvão, só deixar claro, deputado Estevam, que ainda a decisão técnica da Artesp não está fechada completamente, ela não tem uma decisão técnica. Mesmo porque nós estamos ainda avaliando as duas posições, nós temos atualizações de projeto, então o senhor me permite com toda a humildade, e todo o respeito que eu tenho pelo senhor há muitos anos. A gente ainda não tem esse veredicto final, de qual seria a indicação melhor do processo, dos acessos. Só isso que eu queria complementar, e a gente continuaria na apresentação técnica, está bom? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, muito obrigado, viu, Estevam?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu estou à disposição, estaremos aqui a qualquer momento.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - O deputado Maurici fez uma observação aqui, mas eu acho que nós não podemos nos furtar desta apresentação, e desta oportunidade, que nós estamos recebendo o diretor-geral, porque, saindo um deputado agora, nós não teríamos quórum, mas não tem problema, Maurici, que a deliberação da pauta nós já terminamos. Então agora nós vamos dar continuidade em ouvir a explanação do deputado, do diretor-geral Milton Persoli. Pode continuar.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, deputado. Então Srs. Deputados, e Sra. Deputada, eu fiz questão de deixar claro aqui na frente do deputado Estevam Galvão, que quando ele coloca que ele conhece a decisão, que a Artesp tem a decisão já tomada, eu me permito a não compactuar com essa fala do deputado, que isso não está concluído ainda, deputado, presidente.

Isso tem um processo longo, ainda, de análise, então uma decisão desse tamanho, desse porte, com a importância que o Rodoanel vai ter ainda, nós temos que analisar todos os cenários possíveis. Então as pesquisas, e os projetos e estudos de tráfego, vão ter que se complementar muito.

Também levando em consideração já com a possibilidade, não, já com a efetiva implantação do trecho norte do Rodoanel, coisa que a gente não tinha esse cenário. Então,

com a publicação do edital, e o início de obras, então nós temos uma projeção, já tem uma concessão já dada à Ecopistas a esse trecho norte do Rodoanel. Então tem um estudo de tráfego já feito, com uma demanda já prevista, então nós temos que considerar esse estudo para tomar essa decisão, levando em conta o Rodoanel já em operação no seu completo formato, ou seja, com o trecho norte também operando, então a gente não tem essa decisão tomada, de qual modelo, de qual seria o mais indicado, a posição a ser adotada, qual é a proposta que nós temos mais adequada para isso. Então só deixar claro e estabelecido isso, essa diferença da opinião do deputado Estevam Galvão. Mas retomando, nós temos esse projeto, sim, ele tem razão de quando foi feito, porque lá na época a decisão tomada é que esse projeto já tivesse a sua conclusão, já para caminhando para o projeto executivo e a obtenção de licenças.

Mas na época também, no próximo slide, apresenta uma outra possibilidade, que também está sendo analisada, que são essas duas alças aí de sentidos opostos, que também executam a chegada. A única diferença é que elas não desembocam na Estrada dos Fernandes, ela desemboca no viário municipal, e nós temos que fazer algumas observações aí com relação a essa proposta. No lado superior esquerdo, nós temos S1, S2, e S3, são semáforos que talvez haja, na época, haja a necessidade de serem colocados quando essa operação, quando esse dispositivo, nesse modelo, fosse adotado.

Também tem uma rotatória lá, que ela precisa ser requalificada, com esse volume que vai ser recebido aí do Rodoanel, que vai ser, nós vamos recolher esse volume do Rodoanel e distribuir neste viário municipal. A gente vai ter que fazer as grandes intervenções nesse viário, como tem a Estrada dos Fernandes, nós vamos ter que recuperar, e fazer uma remodelação, uma readequação desse viário aí, não só a colocação desses semáforos.

Então a gente está trazendo essa contribuição para essa proposta. No lado oposto também, no lado inferior direito aí da descida, que o Fernando está me ajudando aí com o mouse, na praça de pedágio, e a distribuição desse volume na área urbana também, com a colocação de dois semáforos, o S4 e o S5, então isso foi previsto também nesse estudo.

Também tem um projeto executivo lá na Artesp, só que isso não tem ainda uma precificação total, esse não tem ainda o licenciamento, nós só prospectamos. Eu tinha essa dúvida lá, deputado Gambale, a gente tinha esse projeto, sim, tem esse projeto dentro da Artesp, só que não tem o seu licenciamento, só o projeto, tá? Agora, essa decisão, presidente, o senhor sabe melhor do que eu, que foi presidente da NTT, um profundo conhecedor de que uma decisão desse porte, dessa importância, com o Rodoanel ganhando essa característica,



esses volume adicional, ele tem que ser precedido de muitos estudos, tem que ser precedido de razões técnicas que possam embasar uma decisão.

E além dessa decisão, dessa razão técnica, nós temos que ouvir todo mundo, acho que tem que fazer novamente as chamadas, audiências públicas, novamente a consulta a todos com base em relatórios. Então é por isso que a gente coloca a nossa posição não como uma posição definitiva, porque ela não pode ser definitiva com esse cenário atual. Nós estamos com um cenário diferenciado hoje, vamos ter um cenário futuro lá na frente com o Rodoanel todo em carga, nós não vamos ter os estudos dos impactos aí nos vários municipais. Isso o projeto prevê de uma forma bastante singela, quando os estudos de tráfegos que nós visitamos para poder vir aqui não têm uma medida muito efetiva com relação do que vai ser feito no viário municipal.

É a mesma coisa a gente trazer uma alça de uma Rodovia desembocar aqui na Praça Armando Sales de Oliveira, então essa praça não vai ter condição de receber um volume adicional de uma rodovia, de uma descida de uma rodovia, o volume de caminhões, enfim, nós temos que considerar esses inúmeros fatores, para que a gente possa ter uma avaliação mais técnica.

Então, em momento algum a Artesp tem um viés político, não é isso, os deputados que nós recebemos lá, presidente, entenderam muito bem. E a gente também entende que são posições de interesses de cada região, de cada cidade, mas a Artesp, ela preza, e ela tem essa característica, felizmente, essa autonomia técnica de poder decidir. Muitas vezes ela é criticada nesta Casa, muitas vezes por colegas deputados, mas a gente tem que fazer essa defesa, eu faço. Eu tenho 80 dias de Artesp, mas tenho uma vida profissional aí de 40 anos de prefeitura, trabalhando na área de trânsito.

Então a gente tem um, tive contato com vários subprefeitos, enfim, passei por várias áreas da Prefeitura, e a gente tem muito contato com os funcionários de carreira da Prefeitura, o que também, para mim, foi uma surpresa. Eu vim daí da CET, que é uma empresa de iniciativa, de capital misto, então a gente sempre, quando eu fui para a Prefeitura em 2005, que na época o Estevam Galvão, deputado, era subprefeito, o prefeito era o Serra, a gente tinha um receio da qualidade de sair de uma empresa da CET, e ir para a Prefeitura, pela qualidade dos profissionais.

Absoluto desconhecimento, na Prefeitura nós temos profissionais muito mais qualificados do que na própria CET, a mesma coisa eu falo no Estado aqui, na Artesp muito mais ainda. Eu fui, passei primeiro pela Dersa, e eu fiquei admirado com a qualidade dos profissionais da Dersa. E a mesma coisa agora eu falo com relação à Artesp, fico admirado

com a qualidade dos profissionais que nós temos lá na Artesp. Então são profissionais concursados, a maioria são concursados vindos de um concurso público bastante rigoroso, com um critério de escolha muito rigoroso, e eles têm uma qualificação muito grande.

Então as decisões, e a gente briga um pouco até internamente para arrancar uma decisão, e para tentar adequar uma decisão. E a gente tem esbarrado muito nisso, e a minha dificuldade é trazer para a mesa técnica algumas outras alternativas. Hoje o técnico tem que pensar de uma forma diferente, ele não pode mais pensar tecnicamente, ou debruçado somente na legislação, deputado. O senhor sabe melhor do que isso, o senhor foi testemunha de um depoimento lá, de uma audiência que nós tivemos. Hoje, o técnico ele tem que estar atualizado, ele não pode estar exatamente só preso a uma legislação, e não ter a condição de analisar outros fatores.

O bom senso pode entrar em uma alternativa, mas essa alternativa a lei não permite, mas temos que trazer à mesa essa discussão. Então é isso o que a gente tem feito lá na Artesp, é isso que nós vamos fazer com o Rodoanel. É um projeto de importante, é um projeto vultoso, de valor vultoso. Cabe aqui também um esclarecimento da atual situação da SPMar. Hoje, o nosso contrato com a SPMar está sob judice, e sob questionamento do Tribunal de Contas do Estado, então nós também não podemos, em momento algum ainda, executar qualquer atividade que possa implementar para a SPMar fazer um estudo, ou se mobilizar, para poder buscar um estudo.

Porque isso, a gente vai pedir a ela, ela vai fazer isso, a gente reequilibra isso no contrato, é necessário, é vantajoso. A gente justifica a vantajosidade do Estado, e do pedido, junto à SPMar, então a gente não tem dúvida quanto a essa vantajosidade, presidente. Só que, hoje, o contrato está sob investigação, e sobre, investigação é a palavra, mas sob análise do Tribunal de Contas do Estado, então ele ainda não deliberou sobre a validade desse contrato inicial lá atrás, do primeiro contrato assinado junto com a Artesp e a SPMar, isso ainda está sob análise. Então, enquanto o Tribunal não deliberar, a gente não pode tomar nenhuma atitude com relação a já impor à SPMar esses novos estudos que nós temos que receber, e temos que executar, para o novo cenário do Rodoanel.

Eu acho que era, nesse caso, era nisso que a gente tinha a contribuir. Estou à disposição do presidente da Casa, dos nobre deputados, da nobre deputada, para poder responder alguma coisa que se ache necessária.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Com a palavra, deputado Rodrigo Gambale, e, em seguida, por ordem de inscrição, deputado André do Prado.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Muito obrigado, presidente. Mais uma vez agradecer a vinda tão rápida do diretor-geral da Artesp, Dr. Milton Persoli, muito obrigado pela sua disposição, doutor, é importante a gente estar discutindo sobre o trecho leste do Rodoanel, porque a gente sabe que o projeto inicial do Rodoanel era só ter saídas nas autoestradas.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Mas como ali na nossa região do Alto Tietê, juntando e unindo Ferraz, Poá, Suzano, são três municípios praticamente ilhados, que não têm ligação com rodovias, e são cidades consideradas dormitório, pela falta de emprego local, pelo tamanho da densidade demográfica, e também populacional, e a distribuição de áreas da cidade.

Nós temos pouco espaço para muita gente que reside lá, então a grande maioria acaba indo para São Paulo todas as madrugadas e manhãs buscar o pão de cada dia, e a gente sabe da importância desse trecho. Desde 3 de julho de 2014, quando foi inaugurado o Rodoanel trecho leste, essa entrada na SP-066 já existia. Então isso gerou uma expectativa muito grande de parte da população, principalmente porque a gente perde na volta, na saída, ela sai lá em Itaquaquecetuba, você gasta mais de 30 minutos para retornar até Suzano, até Poá, até Ferraz de Vasconcelos.

E desde quando se iniciou, diretor, havia uma placa na Ayrton Senna de um retorno operacional provisório. De julho de 2014, essa placa ficou lá, de forma provisória, por seis meses, e a única coisa que era provisória nessa obra era a placa. A placa foi retirada, e continuou o retorno até os dias de hoje. O retorno, você passa por baixo da Ayrton Senna, não tem iluminação, ele é extremamente apertado. Então eu sei que o senhor está há 70 dias, mas a gente luta muito para que isso seja resolvido, porque neste ano completou, em julho, seis anos que inaugurou-se o Rodoanel leste.

A gente procura esse retorno, e essa alça, e em nenhum dos dois lados a gente consegue entender sobre o caso de investimento, se a SPMar quando poderia ser esse processo que vai terminar, de análise do Tribunal de Contas, eu sei que ele acaba demorando, mas que também em Itaquaquecetuba possuísse pelo menos um retorno decente e acessível. Porque as famílias que vêm do litoral, da Baixada, utilizam ali, e no momento da noite, quando você está, que a maioria vem à noite, aproveitando a praia e o litoral, ela acaba

sofrendo um risco de vida, de tão apertado que é. Então eu peço encarecidamente diretor, já tenho visto que o senhor é diferente do anterior.

Porque o anterior, a gente até já votou pela saída dele, devido que ele não atendia os deputados. O senhor já fez uma audiência comigo no dia 22, pelo o que entendi dos deputados estaduais da região, o senhor já atendeu o André do Prado, atendeu o deputado Estevam Galvão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - O Bragato.**

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - O Bragato,** então, eu estou vendo que o senhor é de comunicação, eu sei que está caindo na sua.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Não,** não tem problema.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL -** No seu colo agora, mas a gente insiste muito para que tenha uma solução, pelo menos um direcionamento. Vai ser na SP-66? Vai ser na Estrada dos Fernandes? Qual é a expectativa de investimento? Porque isso é uma pauta de muito interesse nosso, entender a previsão, e principalmente saber que lá a gente precisa expandir a quantidade de empregos, e o Rodoanel trará isso. Tem um outro assunto, diretor, que eu só gostaria de perguntar também de forma superficial.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Por favor.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL -** Talvez o senhor nem tenha a informação, mas houve algumas audiências públicas sobre pedágio na Mogi-Dutra, e o Caminho do Mar ali, usando a Mogi-Dutra. A gente fez alguns questionamentos, que as audiências públicas foram feitas em horários de semana, e em um horário que as pessoas não podiam participar. A gente queria saber como foi o andamento disso, se conseguimos tirar a ideia do Estado de não colocar um pedágio na Mogi-Dutra, então se o senhor ainda não tiver essa informação.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Eu tenho.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL -** Eu gostaria que, posteriormente, a gente pudesse conversar sobre isso.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Presidente, me permite a palavra?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, com a palavra o diretor-geral.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado, o senhor tem razão com relação a esse retorno operacional, nós já tivemos duas reuniões com a concessionária. É um retorno precário, é um retorno operacional de viaturas; só que como ele está de caráter precário, e a gente brinca muito, tudo o que é temporário, em alguns momentos, se torna definitivo, então a gente fez essa reunião com a concessionária.

E a concessionária também está bastante incomodada com relação aos acidentes, porque ela é cobrada pela Artesp com relação aos índices de acidentes, com relação ao desempenho dela é feita essa fiscalização mensal das concessionárias, é imposta a ela uma série de notificações que podem impactar uma multa bastante salgada, para a concessionária, se ela não cumprir.

Esse item que o senhor falou, a concessionária nos apresentou três alternativas, assim, muito rapidamente. A primeira delas seria fazer uma segregação dessa pista com pedágio, que a gente já eliminou inicialmente, a segunda seria fazer essa segregação sem o pedágio, que seria uma possibilidade. Aí nós temos que fazer uma alternativa, não só a segregação das viaturas que fazem o retorno operacional, mas para quem utiliza, que o senhor falou, utiliza esse retorno. Não só fazer a segregação na pista, na rodovia, mas também ter algum complemento na hora em que ele desce, e tem esse acesso ao Município, então isso também teria previsto pela concessionária.

E o terceiro seria melhorar um pouco a situação em que está, nós não concordamos inicialmente com a primeira, que seria pedágio, ficamos que ele pudesse detalhar um pouquinho melhor a segunda proposta, e a terceira também nós não entendemos que fosse uma proposta adequada, melhorar só um pouco as condições atuais.

Então nós buscamos a segunda proposta, que seria um confinamento, uma segregação desse volume para a retorno operacional, só viaturas e de operação, e viaturas que tivesse em emergência, e segregar esse tráfico de passagem, mas sem o pedágio, mas isso aí requer obras, requer melhorias, e vai requerer um reequilíbrio dentro do contrato.

E aí nós temos que analisar todo esse reequilíbrio, quanto custa isso, o que ela propõe em termos de obra, de custo. Então isso já foi, esse mês passado, a concessionária vai nos

trazer uma proposta da segunda alternativa, e aí eu me comprometo a mostrar para o senhor essa proposta, que é o interesse seu, e de todo mundo. Não é seu, quando eu falo o seu interesse, deputado, o senhor representa todo mundo lá, e ele é legítimo. Eu, se o senhor me permite, presidente, vou ver se tem alguém mais sobre esse tema do Rodoanel, senão eu já passo para o momento o seguinte, que é a resposta aí do deputado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Só um minutinhos, diretor, que tem mais.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Tem um pedido do senhor, também.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Só um minutinho, por favor. Tem mais o deputado André do Prado, e em seguida nós temos, por ordem de inscrição, o deputado Maurici. Se mais algum deputado quiser se manifestar, estamos à disposição. Deputado André do Prado, com a palavra.

**O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL** - Então mais uma vez cumprimentar o nosso presidente, Ricardo Madalena, da Comissão de Transportes, todos os demais deputados, o nosso diretor-geral, Milton Persoli, e agradecer ao Milton, como o deputado Rodrigo Gambale colocou muito bem, tem sido uma pessoa acessível, uma pessoa que tem sido muito transparente conosco quando pedimos as audiências, e as informações na Artesp.

Como foi dito também pelo nosso deputado Estevam aqui, eu também não quero polemizar, nem é o momento para isso, nem tem porque polemizar, não é? Depois das palavras do nosso diretor-geral, ele deixou bem claro que a decisão vai ser técnica nessa questão da alça do Rodoanel, onde o nosso diretor também afirmou que é contratual essa saída, está no contrato da SPMar fazer uma alça de saída no Rodoanel.

E, com isso, eu fico feliz, mesmo que não tão detalhado tudo isso, em saber que realmente vai ser uma escolha técnica. E na minha opinião, eu deixo sempre bem claro também, que eu não sou contra que se faça a alça de acesso na Estrada dos Fernandes, eu só quero ser mais objetivo.

Se é contratual, eu sempre digo, o usuário está sendo lesado, o usuário que hoje usa a rodovia está sendo lesado, porque hoje ele paga o pedágio, Gambale, e não tem uma alça de saída, e está no escopo do projeto, está no contrato, está na qualificação do contrato que teria uma alça de saída. Então, quer dizer, você paga um pedágio dizendo que vai ter uma alça de

saída, faz cinco anos já e não tem essa alça de saída. Então, na minha opinião, o contribuinte está sendo lesado pelo Estado, pela concessão, de não ter essa alça de saída. Porém, entendemos que naquele momento, como foi colocado, existia uma intenção de o Governo fazer, a pedido dos prefeitos, realmente na época era um outro prefeito de Ferraz, não é?

E estava presente, foi solicitado para que tivesse realmente a Estrada dos Fernandes. E naquela oportunidade, o nosso País e o Estado tinham uma arrecadação muito alta, tinha caixa para fazer aquilo. Inclusive, nós aprovamos que o Governo tivesse 200 milhões do caixa para ajudar na concessão, para poder fazer esse pedido dos prefeitos na oportunidade, a Estrada dos Fernandes.

Porém, eu vejo que a nossa realidade hoje é outra, o País está mergulhado na crise, o País hoje tem queda de arrecadação, queda da economia, nós estamos já votando um projeto hoje, o 529, tentando votar para se economizar 10 milhões de reais no ano que vem, para fechar o Orçamento do ano que vem. O que eu vejo? Um reequilíbrio desse na Estrada do Fernandes, fazendo a alça, que é uma obra do montante aí, já era previsto 400 milhões de reais, de 400 a 600 milhões de reais, uma hora dessa eu verifico que vai ser inviável, não que eu seja contra, mas nós temos que ser mais objetivos.

E na estrada, na SP-66, já tem um pré-projeto que não tem a parte ambiental, porém é um projeto que fica em torno de 40 a 60 milhões de reais. Então, estamos falando em 10%, em uma alça, e relativa à outra alça, que a Estrada dos Fernandes sai de 400 a 600. Então o que, como o Gambale colocou, nosso deputado estadual da nossa região, grande deputado, e eu também sou favorável às duas alças. Só que a minha opinião, nós, apesar de ser uma decisão política, nós temos que sinalizar tecnicamente, e ver o que é mais viável de imediato para a população.

Porque a nossa região, secretário, presidente, ela hoje necessita urgentemente de investimentos, porque essa alça, seja na Estrada dos Fernandes, seja na SP-66, ela vai trazer um grande desenvolvimento para a nossa região, que é uma das regiões mais pobres, algumas cidades têm a menor renda per capita do Estado. Então são grandes problemas sociais que nós vivemos lá, e o desenvolvimento daquela região, ele só vai ser feita com geração de emprego, desenvolvimento, aumento de arrecadação para os municípios, para eles poderem investir em Saúde, Educação, e em todas as demais obras.

Então por isso que eu sou bem objetivo, eu acho que nós temos que analisar tecnicamente o que é mais viável, não só da parte técnica, mas da parte econômica, que é um problema sério que nós estamos vivendo no momento hoje. E, se nós pensarmos que o Rodoanel tem uma previsão de, em dois anos, ficar pronto todo o anel viário, nós temos que

entender que, em dois anos, nós não vamos ter dinheiro suficiente para fazer um projeto de 400, 500 milhões de uma alça, porém, de 40 a 60 teremos.

Então vamos ser mais objetivos, fazer um estudo aprofundado na SP-66, que é uma coisa viável de imediato, que é possível, e a médio prazo nós podemos, realmente, depois fazer a outra alça, que é a da Estrada dos Fernandes, que também é importantíssima para o desenvolvimento de Ferraz, de Suzano e de toda a região. São duas áreas estratégicas da nossa região, o que vai gerar um desenvolvimento enorme. Só que, na minha opinião, não teremos dinheiro para fazer a Estrada dos Fernandes de imediato, a alça vai ficar mais cinco ou seis anos com nós discutindo se vai ser num lugar ou se vai ser no outro.

Se nós tomarmos uma decisão, que eu acho que o Governo vai ter que tomar essa decisão de maneira técnica à Artesp, vendo qual o melhor local, onde fica mais barato, que atende o que está no contrato para reparar um erro de lesão ao contribuinte, que usa essa rodovia e não tem alça de acesso no Rodoanel, saída aliás, e por isso que eu peço ao nosso diretor-geral. Se o Governo também falar: “Olha, vai ser na Estrada dos Fernandes, vamos gastar 500 milhões de reais”, perfeito, mas tem que ser logo isso.

Tem um entrave no Tribunal de Contas? Tem, mas nada que um governador chame os conselheiros do Tribunal de Contas, mostre a importância disso para o Estado, para o contribuinte. Eu tenho certeza de que o Tribunal de Contas, de maneira técnica, também vai achar uma saída para que a SPMar possa voltar a fazer os estudos com profundidade na questão do tráfico, seja no local, ou seja no outro. E possa, realmente, disponibilizar aí os recursos necessários contratuais na concessão, seja repactuação de tarifa, seja na ampliação da concessão por mais anos da concessão, mas tomar uma decisão.

Eu acho que é isso, eu acho que o nosso Milton, nosso diretor, tem trabalhado nesse caminho. E eu tenho certeza de que realmente, dentro em breve aí, nós teremos uma decisão que possa, principalmente – seja objetiva, prática, e contemple o cidadão que hoje usa essa rodovia, que é o Rodoanel. E possa ter a alça de saída ali na nossa região, para que o desenvolvimento, e geração de emprego, possa acontecer o mais rápido possível. Agradeço imensamente, obrigado.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Obrigado.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Obrigado pelas colocações, deputado André do Prado, e passamos a palavra para o diretor-geral, Milton.**



**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Para as considerações.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Somos concordantes com que o deputado falou, o deputado André do Prado, da importância dessa decisão, não é? Só me permita a gente acrescentar alguns dados, que os custos iniciais provavelmente serão outros hoje. Porque quando a gente for optar, por exemplo, por essa alternativa, nós vamos ter que requalificar as rotatórias, requalificar esse viário municipal. Então aquele custo original fatalmente não será o mesmo.

Nós temos correções das tabelas unitárias de preços, enfim, mas de qualquer forma as proporções são menores para esse custo do que o outro. Então esse também é um fator que a gente leva em consideração na decisão. O custo, quando você for executar, o tamanho e o preço e o prazo de execução. E a dificuldade técnica de execução, obtenção de licenças, dificuldade técnica de execução, desapropriação, tudo isso é levado dentro de um cenário de análises.

Mas o senhor foi muito feliz em falar sobre a decisão, quando o Rodoanel, em dois anos ou em três anos, ele se implementar, fechar o Rodoanel, vai ficar mais importante ainda essa decisão para esses municípios. Essa decisão tem que ser tomada, e quando o senhor diz sobre o contrato, e colocar isso como item contratual, e realmente ele é um item contratual.

Só que ele é colocado em um cronograma de obras, que ele pode, eu não sei em que momento exato qual seria esse momento exato da inclusão desse item contratual, mas ele tem 30 anos para executar; normalmente, nos primeiros cinco e primeiros dez anos, ele executa as maiores obras, incluindo até para poder ter um pouco de ressarcimento do investimento, que está previsto no item contratual, são as colocações dos pedágios.

Obras desse porte, de um porte maior, normalmente acabam sendo colocadas no programa a partir do décimo ano, então talvez, também é um compromisso nosso, de dar uma olhada com relação a em que momento, no cronograma da SPMar, estaria previsto essa obra, também tem um outro compromisso nosso. Eu acho que, em termos de informação ao senhor, acho que era isso o que eu tinha que complementar, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Ok, obrigado pela explanação do diretor-geral. E em seguida, por ordem de inscrição, passamos a palavra ao deputado Maurici.

**O SR. MAURICI - PT** - Presidente, e Srs. Deputados, quero primeiro agradecer ao diretor-geral, Milton Persoli.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, deputado.

**O SR. MAURICI - PT** - Pela oportunidade, e por ter atendido tão, de forma tão cordata e republicana ao convite que foi feito.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É a nossa obrigação, deputado.

**O SR. MAURICI - PT** - Para estar aqui nesta Casa de leis. Eu queria começar colocando, aproveitando uma deixa, um gancho que o diretor-geral nos deu, quando comentou sobre a elevada qualificação dos profissionais que compõem o quadro de funcionários concursados da Artesp, com a observação com a qual eu tenho pleno acordo. Mas eu queria dizer, a pergunta seria a seguinte, diretor: não lhe preocupa o fato de que esses funcionários não têm reajuste desde 2011?

E que, hoje, os seus salários estão defasados em relação ao técnico de igual qualificação no serviço análogo federal, SNT, em quase 50%? Não lhe preocupa a possibilidade de perder profissionais em função dessa defasagem salarial? E aí, ainda em relação ao quadro de profissionais, me corrija se eu estiver errado, mas me parece que a Artesp transfere o ônus da fiscalização de permissões, autorizações e concessões para a pessoa física dos fiscais, deixando-os à mercê de ações judiciais, eventualmente, das concessionárias permissionárias e autorizativas. Se isso não fragiliza a capacidade de fiscalização desses profissionais?

Já na área de fiscalização, a outra pergunta que eu tenho é: me parece – também, por favor, me corrija se eu tiver a informação errada – que a maioria dos funcionários concursados da Artesp, os fiscais concursados, estão deslocados para a fiscalização das empresas de transporte coletivo. Enquanto a fiscalização de obras está afeta a fiscais de contratação terceirizada, sendo que as empresas terceirizadas estão sendo, hoje, alvo, quase todas elas, de investigações. Se isso também não fragiliza a condição de fiscalização da Artesp? Uma outra questão é sobre o comprometimento, desculpe, quer responder a essas questões?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É porque eu precisaria, senão eu vou me perder, me perdoe.

**O SR. MAURICI - PT** - Por favor, então, eu retomo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu começaria por essa última que o senhor está falando, sobre a fiscalização. São dois modelos diferentes de fiscalização, fiscalização do transporte coletivo tem um grupo que basicamente executa, basicamente não executa especificamente a atividade-fim, que é o transporte coletivo, transporte intermunicipal. Ela é executada por funcionário de carreira, sim. Outra atividade que é relacionada a outra diretoria, que é a diretoria de investimento, que são os fiscais de obras, também são funcionários concursados, é lógico que também em um número menor.

Quando o senhor fala nas empresas terceirizadas, as empresas terceirizadas são, que são chamadas de EAF, são Empresas de Apoio à Fiscalização, elas não executam, até porque não têm essa competência, ninguém tem essa competência. Mesmo quando o senhor fala em fiscalização, o fiscal terceirizado não tem a competência de lavrar multas, e o senhor sabe muito bem disso. Então as empresas são empresas de apoio à fiscalização, e de apoio ao gerenciamento – porque o quadro, qualquer empresa tem sempre o seu quadro reduzido. Não é nunca o seu quadro ideal.

A gente está em análise, agora, quando a gente chegou, a gente fez um levantamento dos quadros dos concursos, nós temos acho que 322 vagas concursadas aprovadas, e temos 165, eu acho que é 165, do número de vagas efetivamente aproveitadas, e tem com profissionais ocupados. Então nós temos uma defasagem de concursos, nós temos essa defasagem, sim, salarial, qualquer categoria hoje tem uma defasagem salarial. Só que essa decisão é uma decisão do Governo, nós estamos buscando, neste momento, trazer para dentro da Artesp um planejamento estratégico, até por conta de todas as atividades que nós estamos executando, e das “inter-relacionalidades” que tem dentro das próprias diretorias.

Nós estamos buscando racionalizar muito, e agilizar muito isso, nós estamos tentando trazer para dentro das diretorias insumos diferenciados. Eu posso citar um exemplo, que seria, hoje se a gente for aprovar qualquer projeto desse porte, por exemplo, vamos pegar esse exemplo, deputado. Nós estamos com um projeto executivo, que é um projeto grande.

Digamos que seja essa alternativa a escolhida, isso vai gerar um projeto executivo, e esse projeto executivo vai para dentro da Artesp para ser aprovado em todas as suas categorias: pavimento, geotecnia, sinalização, obra de arte. O profissional da Artesp, hoje,

ele, por obrigação e por estatuto, ele que aprova o projeto executivo, isso traz a ele uma responsabilidade, não só uma responsabilidade, mas uma demora. Um projeto desse tamanho, o senhor imagine, mesmo sendo dividido em cada área da engenharia, mas ele tem uma demora.

Nós estamos trazendo para dentro da Artesp um processo que chama-se certificação de projetos. Então, trazer para dentro das concessionárias um projeto já certificado, certificado por empresas. Nós vamos executar uma seleção de oito empresas, são as empresas que são aprovadas pelo Inmetro, que certifica os projetos. Então já traz para dentro da Artesp um projeto certificado, aprovado, e já tem todos os, todas as suas questões levantadas e aprovadas. Então para facilitar para nós, funcionários da Artesp, nós vamos ganhar muito em tempo e muito em agilidade.

Então o projeto que a gente fala sobre planejamento estratégico, inclui, logicamente, uma readequação do corpo de funcionários, e propõe, nós vamos propor um aumento desse campo, desse número de funcionários, mas isso passa por uma decisão do Governo, não é uma decisão nossa de poder efetivar um programa de reajuste salarial, para todos os funcionários concursados ou comissionados. Mas então isso é uma decisão, e está no nosso planejamento estratégico, que vai ser levado lá para o Governo, para o vice-governador Rodrigo Garcia, que nós somos nós vinculados a essa secretaria, para que isso seja levado em consideração. Qual seria a outra pergunta?

**O SR. MAURICI - PT -** As novas perguntas?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Isso.

**O SR. MAURICI - PT -** Quando o diretor-geral reconhece que os fiscais estão em número pequeno.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Insuficiente, e sempre serão, nunca nós vamos ter um número adequado de fiscais, é difícil que qualquer empresa hoje composta não tem o número ideal de funcionários. A gente nunca vai ter o número ideal de funcionários, não é?

**O SR. MAURICI - PT** - E que, portanto, há a necessidade de recorrer a auxiliares de fiscalização, e estes, sim, por contratação terceirizada, nós estamos reconhecendo aqui que há uma certa fragilidade na fiscalização. É isso?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** – Não, deixa eu deixar claro, essas empresas de apoio à fiscalização não executam atividades de fiscalização.

**O SR. MAURICI - PT** - Elas apoiam.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Elas apoiam, em relação à construção de levantamento de dados, construção de relatórios. Elas não entram na fiscalização, a fiscalização efetiva é feita especificamente por funcionários de carreira.

**O SR. MAURICI - PT** - Entendi. Dr. Milton, a licitação do sistema regular de transporte coletivo rodoviário ainda não foi concluída?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não.

**O SR. MAURICI - PT** - Isso traz um prejuízo aos pequenos municípios em especial.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. MAURICI - PT** - De que eles têm dificuldade no tráfego entre eles. Há uma previsão da Artesp de concluir essa solicitação?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Vamos lá, hoje nós estamos na quarta. Segunda-feira nós tivemos uma reunião, já para começar a publicar as audiências públicas para esse novo edital, eu não tenho a data exata do senhor, isso vai ser submetido ao Governo, lógico que são datas que dependem de uma autorização maior do que da Artesp.

Então eu também tenho, essa é uma decisão que a gente está tomando, de a gente sempre buscar entendimento do Governo. A Artesp, por mais que ela tenha também uma autonomia, mas ela precisa estar ajustada junto com o Governo. Então o que a gente sabe? A Secretaria de Governo, a Secretaria de Desestatização já executou esse modelo desse novo modelo de edital, vai submeter a uma audiência pública, para que a gente possa buscar esse

novo edital. Tem uma discussão de número de lotes, se eu tomo dois lotes, três lotes, cinco lotes, quatro lotes.

E isso está nos modelos que nós estamos, na modelagem econômica, financeira e operacional que está sendo colocada dentro do processo. Então já está concluído esse processo, já tem essas modelagens prontas. E agora eu acho que, pelo o que eu observei dentro da diretoria lá de planejamento, já está em condição de submeter isso a uma audiência pública. Então isso lá, a Secretaria do Governo, que agora hoje ela está vinculada ao secretário Mauro Ricardo, é que vai determinar as audiências públicas.

Fechar este edital, que a princípio, a informação que eu tive, posso confirmar ao senhor se já está fechado esse edital, e aí submeter isso a audiência pública, que é uma necessidade imperiosa da licitação, o senhor tem toda a razão.

**O SR. MAURICI - PT** - Eu ficaria feliz, então, só para registrar, porque o diretor já reconheceu a dificuldade com a defasagem salarial de pessoal qualificado na Artesp.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu não digo uma defasagem salarial, mas é um reajuste.

**O SR. MAURICI - PT** - Necessário, a necessidade de que haja, é isso?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Acho que toda a categoria tem essa necessidade, não é? Mas isso não independe, e também não está diretamente ligado, à atribuição e ao desempenho dos funcionários. Todos são concursados, entraram sabendo, tendo noção dos valores, tendo muito claro as suas posições, as suas atribuições e os seus recebimentos mensais, o que ele tem direito em termos de carreira.

**O SR. MAURICI - PT** - Ao desempenho não, diretor, é evidente que não, não mas a opção por sair da empresa, e deixar defasado ainda mais o quadro de trabalhadores, sim.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso sim.

**O SR. MAURICI - PT** - Nem que o mercado pague mais.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - A gente corre esse risco com essa, cada vez que você tem uma capacitação, e uma especialização maior do funcionário, você corre esse risco de perder esse funcionário em algum momento, e a reposição desta mão de obra é muito mais lenta. Por mais que ela tenha interna, existe um capital aí técnico que a gente acaba perdendo quando um funcionário deixar essa empresa.

**O SR. MAURICI - PT** - É que eu tenho uma conta, só para registrar, diretor, eu tenho uma conta de padaria que eu fiz aqui na ponta do lápis, que, comparando o volume de recursos gastos, ou investidos pela Artesp, em consultorias, e o que é pago em pessoal, é uma conta aqui que, para cada um real gasto em pessoal, em pagamento de pessoal, são gastos quase seis reais no pagamento de consultoria. É evidente que o diretor está lá há 80 dias, é uma realidade que ele já conhece, certamente.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. MAURICI - PT** - E que saberá lidar com ela no futuro, já que sabe que há a necessidade de manter.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. MAURICI - PT** - Esses profissionais. Agora, eu quero fazer uma última pergunta. A Artesp existe desde 2011, é isso?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - 2011, não, 2002.

**O SR. MAURICI - PT** - 2002, perdão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Desculpe, ela vai fazer 18 anos, a maioridade dela agora.

**O SR. MAURICI - PT** - São, portanto, 18 anos, ela está caminhando para a maioridade, como o senhor bem observou, e o diretor está lá há 80 dias.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. MAURICI - PT** - Nós estamos lidando aqui nesta Casa, agora, com o Projeto de lei 529 do governador, que propõe a extinção da EMTU, e que as atribuições da EMTU seriam, então, incorporadas, ou passariam a ser atribuições da Artesp. A EMTU é uma empresa de décadas, ela tem lá um acervo, uma cultura, uma tradição, tudo o que foi acumulado até este momento, e será transferido para a Artesp, caso seja aprovado nesta Casa o Projeto de lei 529.

A Artesp é uma empresa que está por completar a sua maioria, vai receber as atribuições e a cultura e todo o acervo de uma empresa já decana. Esse projeto foi encaminhado para essa Casa com a justificativa de cobrir um déficit orçamentário, previsto pelo Governo do Estado. Portanto, não sei se o Governo teve condição de fazer uma avaliação para além da questão de cobertura de déficit, de como é que seria para a Artesp assimilar essas funções da EMTU.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Esse arranjo, não é?

**O SR. MAURICI - PT** - Exato. E acredito que o senhor, por estar há 80 dias lá, talvez eu não tenha tido condição de ter uma avaliação mais precisa, não sei se foi consultado, ou se foi o seu antecessor que foi consultado para essa decisão, o diretor já observou aqui, quando falamos de reajuste salarial, que há decisões que não competem à Artesp, competem ao Governo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. MAURICI - PT** - O encaminhamento de projeto de lei, obviamente, não compete à Artesp, mas sim ao Governo, mas eu queria saber qual é a avaliação do diretor em relação à extinção da EMTU, e a assimilação das suas atribuições pela Artesp, isso será uma transição tranquila? O povo de São Paulo pode confiar de que a Artesp, com essa transição dessas atribuições da EMTU para a Artesp, não haverá uma solução de continuidade nessas atividades? Muito obrigado, Sr. Diretor.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, deputado. Com todo o respeito ao senhor, e também não estou me isentando de emitir a minha opinião, mas é que, na verdade, esse fato ainda não foi sequer mencionado internamente lá na Artesp. Nós temos



outras atribuições, nós estamos buscando outros caminhos, trabalhando muito. Nós temos projetos importantes para entregar. Para o senhor ter uma ideia, nós temos que trabalhar no lote litoral, que nós vamos falar um pouquinho agora a esse respeito, nós estamos com as concessões dos aeroportos, que também estão previstas pela Artesp aí para executar, tudo isso até o final do ano, nós temos o edital do Rodoanel, que é uma concessão.

A operação do Rodoanel será uma concessão, ela já está concedida para uma empresa, então isso também fica sob a responsabilidade da Artesp, mas o dia a dia da Artesp, os projetos estratégicos do Governo, eu confesso ao senhor que a gente ainda não teve momento nenhum para pensar, e para discutir, e para avaliar essa decisão. Então a gente também, eu não vou trabalhar por hipóteses, fatalmente, se isso acontecer, foi pensado pelo Governo, não vamos ter dificuldade com relação a essas transições, são transições técnicas, são técnicos da mesma área. Então hoje o presidente é o Engenheiro Assalve, que a gente conhece muito, respeita muito.

O respeito técnico entre as empresas existe muito, então não vai haver essa solução de descontinuidade aí, de continuidade com relação quando, se isso vier a acontecer, mas isso é uma hipótese, a gente não trabalha nessa hipótese, não trabalha nesse nível. Nós estamos, honestamente ao senhor, eu não tenho opinião ainda a respeito, deputado. Boa tarde.

**O SR. MAURICI - PT** - Muito obrigado, Sr. Diretor, e Sr. Presidente, peço licença para deixar, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós agradecemos a intervenção do deputado Maurici, com muita propriedade. Quero agradecer, e registrar aqui a presença do deputado Paulo Fiorilo, que está nos acompanhando aqui na Casa. Algum deputado mais quer fazer alguma colocação?

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Pela ordem, presidente. Rapidamente, só pedir a possibilidade de o diretor-geral fazer a liberação dessa apresentação do Rodoanel, seria possível?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Bragato.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Lógico.

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Nós agradecemos.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** É pública.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** A disponibilidade desses slides que foram passados aqui, dessa apresentação. Com a palavra, deputado Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, primeiro saudar aqui.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Obrigado, deputado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Milton Persoli, que eu conheço já de longa data, e tive a possibilidade de também visitar o Rodoanel norte.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Isso, quando eu estava na Dersa.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Perfeito, nós estamos em um debate aqui, e eu acho que o deputado Maurici já fez referência, do projeto 529, que extingue uma série de instituições do Estado. E nas discussões feitas, inclusive aqui neste mesmo local, com o secretário Mauro Ricardo, ele fez referência à transferência, ou a atribuições, que estão nessas instituições para a Artesp. Eu sei que o deputado Maurici já fez uma referência a isso, já perguntou.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Sim.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Mas eu queria fazer uma outra abordagem. A Artesp, do ponto de vista como ela foi pensada, ela teria capacidade, ou condições, de receber atribuições que hoje não fazem parte do seu escopo? Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Ok.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado, prazer em revê-lo novamente, se o senhor pensar em termos de atribuição de gestão contratual, gestão dos contratos de concessão, a Artesp está plenamente capacitada, porque é hoje a missão da Artesp. A parte operacional é uma parte que virá em complemento, junto com a EMTU, porque hoje a Artesp não tem essa característica operacional.

Mas a parte de gestão de contratos, de regulação de contratos, que os contratos virem migrados da EMTU para a Artesp, eu tenho absoluta certeza de que isso não tem dificuldade nenhuma, porque é a missão da Artesp hoje, regulação e fiscalização desses contratos de concessões.

Então, ela está plenamente capacitada. É lógico que vai haver suas acomodações, suas adaptações, suas adequações de pessoal, de estrutura física, mas, em termos de competência, em termos de qualidade, e em termos de assunção desses contratos para regulação, e fiscalização, é o “métier” da Artesp hoje. A gente executa isso nas 20 concessões rodoviárias, então não temos dificuldade com relação a isso. A operação é uma questão de adaptação. Aí que eu acho que vai haver uma necessidade de adaptação da operação, hoje a operação é feita pelas concessionárias. Ela vai ser, hoje, para a EMTU, eu não tenho ciência como é que é feito esse trabalho de operação da EMTU.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Desculpa, mas assim, eu não sou da área.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não tem problema.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Não sou como o deputado Madalena, que conhece muito.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Professor.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Professor. Eu, um dia, vou aprender, mas eu continuo com uma dúvida, que é assim, a Artesp é, do seu escopo, ela é uma agência que é responsável por contrato, por.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Regulação.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Isso, regulação. Eu fico pensando, como é que a agência que é responsável pela regulação vai operar? Porque é como se a gente colocasse a operação, que a Artesp poderia regular, verificar contrato e tal, para ela também ter que atuar na operação. Me parece, se eu estiver enganado me desculpe, mas haveria aí uma mudança de escopo da Artesp. Ela deixa de ser uma agência reguladora, para ser uma agência reguladora e operadora, eu não sei como é que isso se daria no Estado, a partir da complexidade que a Artesp já enfrenta no dia a dia. Só uma questão, e se eu estiver enganado no meu raciocínio lógico, tenho certeza de que o deputado Madalena vai me ajudar.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Hoje, eu também não tenho essa projeção, deputado, mas eu tenho um exemplo que eu convivi no primeiro momento, quando eu fui transferido da Prefeitura para o Estado, em que eu fui para a Dersa. A Dersa é uma empresa rodoviária, e ela opera as balsas, que não tem muito a ver com a Dersa a operação das balsas, e ela opera as balsas. Como é que é feita essa operação?

É terceirizada nos serviços, tem uma diretoria operacional dedicada à operação das balsas. Quando você fala em rodovias, tem inúmeros técnicos dentro da Dersa que são especialistas em rodovia, mas não em balsas, em operação de balsas, que é complexo. E também aprendi muito sobre operação das balsas, eu fui para lá com esse objetivo, e é um outro mundo na verdade, mas a Dersa opera as balsas hoje. Então operar o transporte coletivo vai ser o menor problema, talvez deslocar uma diretoria, deslocar uma superintendência, alguns arranjos operacionais podem ser acertados internamente.

Não tem dificuldade, eu não vejo, eu acho que é mais difícil a gente arquitetar essa mudança, mas eu trago esse exemplo da Dersa, que é exitoso, depois que a gente acertou os contratos, acertou a operação, e existe uma diretoria dedicada a essa operação dentro da Dersa, que foi exitosa na execução do contrato de operação de balsas. Eu acho que é isso.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Está joia. Mais alguma colocação de algum deputado? Vou fazer as minhas colocações aqui, rapidinho, Sr. Diretor.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Existe projeto já executado com relação às alças, aprovado, e com relação à ampliação da Estrada dos Fernandes?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deixa eu entender a sua pergunta, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pois não.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Se existe, volta um slide anterior.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Se já, vou repetir, se já existe projeto em andamento, em que pé que está, se já está aprovado ou não o projeto básico, ou executivo, com relação às alças que têm necessidade do trevo de acesso às cidade do Alto do Tietê?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Já tem esse projeto previsto dentro do Rodoanel, que é o que eu estou apresentando ao senhor nesse slide.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Tá, e esse projeto já está aprovado pelos órgãos competentes?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - O projeto executivo sim, o licenciamento sim, mas não está definitivamente aplicado se ele vai ser executado ou não, porque é isso o que a gente está trazendo para cá como discussão. Qual dos dois modelos, porque o outro também está no mesmo padrão, só não tenho esse licenciamento ambiental, a segunda alternativa, então.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Já existe LP?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu desconheço, eu posso perguntar ao senhor se já existe.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - LI e LP você não sabe se tem ou não?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não sei, eu posso perguntar.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas há necessidade de nos posicionar.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Você anota para mim, por favor, para a gente. Eu encaminho um ofício ao senhor com essas pendências.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, eu faço o questionamento por ofício. Com relação a SPMar, ela que está executando esse projeto, ou é através de contratação direta da Artesp?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - O senhor não sabe?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É ela que executa.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ela que executa.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - A SPMar que executa, a pedido da Artesp, com o interesse.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Que é executado pela concessionária, a Artesp não contrata direto esses estudos, nem os projetos. Todos os projetos envolventes de rodovias, contratuais ou não contratuais, são direcionados às concessionárias, existem inúmeros pedidos de projetos, e pedidos de prefeitos, que são não contratuais.

Mas aí a Artesp entende, e a própria Rodovia entende, que com o crescimento urbano dos municípios se alterou muito a composição e a importância da rodovia nesses municípios. Então, mesmo não sendo contratual, os contratos anteriores lá, os contratos mais antigos, o senhor sabe melhor do que eu, merecem essa adaptação.

Então não é um item contratual, algumas das concessionárias já executaram, quase que em sua totalidade, os seus itens contratuais, mas isso não impede que seja feita uma

análise, e seja, esse item não contratual, seja reconhecido a sua eficiência, a sua eficácia, e se transforme em um item contratual reequilibrado dentro do contrato.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, nós estamos vendo com bons olhos a sua vinda, a sua gestão junto à Artesp nesse pouco mais de dois meses, até foi dito aqui por vários deputados do atendimento que você vem, que V. Exa. vem fazendo junto aos parlamentares. E sabemos também que, em dois meses, você não vai resolver tudo e mais um pouco, mas como foi dito aqui com propriedade pelos três deputados que pertencem a esta Comissão, que são de suma importância para o Alto Tietê, para as cidades do Alto Tietê.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós temos uma morosidade, torno a repetir, você não tem culpa disso, porque tomou posse há 80 dias praticamente, mas a morosidade é muito grande, haja visto que nós temos a entrega do Rodoanel, e o começo do Rodoanel, desde 2002.

Então há a necessidade de centrar esforços para que esta Comissão, este Parlamento, tenha uma resposta satisfatória da agência. E isso vai ser cobrado periodicamente por esta Comissão, isso você pode ter certeza, engenheiro Milton, que você vai ter que sentar os esforços para resolver essa situação. Porque nós tivemos em 2015 a autorização do governador, mesmo se podia ou não podia, ele autorizou, se ele autorizou por aí você vê a necessidade que se faz desta obra. Então eu peço a você e sua equipe todos os esforços para que isso se torne uma realidade, de alguma forma. Ok?

Mais algum assunto a ser tratado com relação ao Alto Tietê, e ao Rodoanel? Senão nós vamos passar para a segunda fase, que é com relação ao SAU, Serviço de Atendimento ao Usuário, da Rodovia Castelo Branco. Bom, então vamos lá. O senhor quer se manifestar da minha colocação? Porque aí passamos para a segunda fase.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não, nós estamos cientes dessa importância, eu até destaquei isso, presidente, com o advento do complemento do Rodoanel norte, cada vez se torna mais imperioso essas ligações, o Rodoanel norte vai promover a sua ligação total, então vai completar esse grande anel viário, e aí essas cidades estarão cada vez mais necessitadas dessas interligações.

Nós temos uma questão que é premente, contratual, e agora é uma questão de análise, de verificar quais são as melhores alternativas, de que forma são, os seus respectivos custos, os seus respectivos equilíbrios dentro do contrato, a capacidade do contrato, enfim, mas a decisão técnica da importância, isso já está qualificada.

A decisão técnica de qual alternativa que vai ser adotada, isso a gente está estudando, mas o senhor tenha a certeza absoluta que a gente tem isso, e vai se tornar dentro dos nossos, dentro do período em que a gente estiver lá à frente da Artesp, como um projeto estratégico, e como um projeto que tenha uma prioridade devida.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Ok.**

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Pela ordem, presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.**

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Sr. Milton, só uma pergunta, eu sei que está em fase licitatória a retomada de obras do trecho norte, não é?**

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Sim.**

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL - Mas existe uma previsibilidade da conclusão? Dois anos, três anos aproximadamente?**

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - O deputado foi fazer uma visita com a gente lá, o trecho de maior complexidade no Rodoanel é o lote seis, que é o último lote que interliga na Dutra, e tem um ramo que liga ao Aeroporto de Cumbica. Esse é um trecho, por que eu digo de complexidade? Não complexidade de execução de obra, que tem um trecho ali, tem um maciço rochoso no lote três que tem um volume muito grande, e você tem uma população aqui em cima, então você tem que trabalhar esse volume, nesse maciço você não teria condição de você colocar um túnel.**

Então você tem que fazer essa demolição desse maciço, e é um maciço rochoso, vai ter que usar um processo de detonação, e você tem em cima alguns moradores, essa é uma



dificuldade de execução. O lote seis, eu digo que é o mais dificultoso por conta de uma desapropriação que tem na área de Guarulhos, somente por isso.

Porque aí o processo de desapropriação é um processo que é um pouco demorado, de negociação, e isso está previsto, mesmo com essas desapropriações, o maior momento desse lote são 22 meses, no restante nós temos lotes que nós terminamos em 18 meses. Então a conclusão total do Rodoanel, vamos colocar em 24 a 36 meses, no pior cenário. Se a gente, não houver nenhuma interrupção, isso de algum órgão de gestão, de algum órgão de controle, Ministério Público, Tribunal de Contas, que possam interromper a obra para fazer alguma análise, em alguma necessidade, se a gente executar isso no cronograma de, específico de obra, deputado, nós temos de 24 a 36 meses.

A 30 meses, que é o prazo que a gente tem, porque ele já está com mais de 70% vencido de obra executada, então de processo de execução, de dificuldade, só isso no lote três.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, retomando um pouquinho então, que você me observou muito bem a questão de desapropriação. Já existe um trabalho sendo feito pelos órgãos competentes do Estado à questão de desapropriação das alças e viadutos de acesso às cidades do Alto Tietê no Rodoanel?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu não, desconheço também, a gente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - É bom se inteirar.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É, eu vou me inteirar.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Como diretor-geral é importante.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sem dúvida nenhuma, é uma condição.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ter a resposta na ponta da língua.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É uma condição inicial do projeto.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL - Sem dúvidas.**

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Até onde eu sei, na proposta inicial você tem a desapropriação de áreas, sem ter moradores. Então são processos, são (ininteligível) que têm, que algumas matrículas que são pequenos proprietários. Quando eu digo pequenos, ele é proprietários de uma grande área, mas são poucas matrículas que a gente teria que desapropriar. Na alternativa dois, eu não tenho essa necessidade de poder olhar, e te afirmar, presidente, com relação a isso, mas eu tenho essa incumbência de a gente levantar.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Ok, nós questionamos isso também, na hora em que oficializá-lo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Pois não.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Dando sequência aqui, com relação ao SAU, Serviço de Atendimento ao Usuário, da Castelo Branco, eu gostaria de saber do senhor por que que esses serviços foram extintos, ou seja, as concessionárias deixaram de atender depois de vir fazendo esse trabalho há vários e vários anos? Acredito eu que desde a concessão de 98, até aproximadamente 2013/2014 esse atendimento foi feito aos usuários. E a partir daquele momento não mais, o senhor sabe nos dizer, ou nos informar o porquê?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI –** Bom, presidente, neste slide aí nós estamos apresentando ao senhor as bases, são nove bases operacionais exclusivas aí, divididas nas três concessionárias que perfazem o trecho total da Rodovia. Só para esclarecer uma coisa inicialmente, da diferença do que seria uma base operacional, um sistema de SAU, Sistema de Apoio ao Usuário, e uma base.

No contrato, até onde eu pude pesquisar e me informar para estar respondendo ao senhor, os contratos iniciais se referiam a bases operacionais sem o atendimento ao usuário. É que, ao longo do tempo, pela necessidade, essa base operacional, o usuário não tem, ao longo da rodovia, não tem onde se socorrer, ele acaba usando uma base operacional como alternativa, mas não é contratual, e não é adequado.

Uma base operacional, uma base de apoio ao usuário teria que ter um sistema de atendimento, alguma pessoa que pudesse prestar alguma informação, ter um sanitário disponível, uma pessoa dedicada à limpeza desse sanitário, ter alguma área de acomodação, mesmo que pequena, mas dentro de um certo conforto para possibilitar esse apoio ao usuário. Então seria, essa é a função das bases operacionais, e de apoio ao usuário que, no contrato original, não estavam previstas com esse incremento de apoio. Eles foram colocados como sistemas de apoio operacionais, então é que por usos e costumes e necessidade, principalmente dos usuários, essas bases começaram a mudar de alternativa, mudarem de cenário.

Ela era uma base operacional que serviria como ponto de apoio a guincho, ambulância, viatura operacional, um sanitário que era de apoio aos funcionários operacionais. Um veículo parava lá e precisava de um apoio, de um banheiro, um sanitário, e aí começou a se transformar. Nos contratos atuais, nas concessões futuras e as presentes, a PIPA já teve essa modificação, o lote litoral exatamente já teve, com bases específicas para o atendimento ao usuário, diferentemente da base operacional.

Então são dois momentos diferentes, a base operacional é um operacional, é o mecânico, é o motorista da ambulância, é o guincheiro, é o motorista da viatura, é o operacional que trabalha com cone, onde ela armazena o material operacional, cones, cavaletes, toda essa parte de atendimento mecânico. Isso é uma base operacional, que tem a sua estrutura pequena, para atender aos funcionários, diferentemente do conceito de uma base de apoio ao usuário, isso não, o senhor sabe melhor que eu, mas até onde eu pude entender e captar é isso, as diferenças foram essas.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, eu vou pedir uma reavaliação, e que o senhor tome partido com relação às bases operacionais, principalmente da Rodovia Castelo Branco com a Via Oeste, a Colinas, e a SPVias que, por mais de 15 anos praticamente, estava sendo usado pelo usuário, inclusive a minha pessoa, que faço o uso da Castelo Branco na maioria das vezes, às vezes vou pela Raposo, mas na maioria faço o uso da Castelo, que é uma Rodovia excelente, mas que deixou a desejar, simplesmente cortando o uso.

Eu acho que já tinha até, vamos dizer assim, jurisprudência de direito adquirido, por mais de 15 anos nós usuários, que pagamos um pedágio que não é barato, fazíamos o uso do SAU, do Serviço de Atendimento ao Usuário, e hoje não mais. Por que que eu falo isso, que

há essa necessidade, ainda mais neste momento de pandemia que nós estamos vivendo e passando?

Muitas pessoas que frequentam, mal tem um recurso para pagar o pedágio, e se entrar no posto de gasolina, agora ele entrando, entrando – quero saudar aqui o deputado Dalben, que é do nosso partido, o PL, e está fazendo parte aqui conosco. Com essa pandemia, mal têm recurso para poder viajar, as pessoas, e às vezes têm a necessidade de viajar, e obviamente é obrigado a pagar o pedágio. E aí ele vai em um posto de gasolina para usar um banheiro, e vai ter que gastar alguma coisa para poder fazer o uso do banheiro. Então nada mais justo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Justo.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Do que o Estado acolher essa demanda dos usuários. E por que eu digo isso? O senhor sabe a TIR? De cada empresa que eu acabei de dizer aqui, Via Oeste, Colinas e SPVias.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - A TIR contratual?**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Sim, o senhor sabe?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** O início do contrato, inicialmente, era em torno de 20 ponto algum, 20,70, a TIR inicial de contrato.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** O senhor sabe quanto que o Governo do Estado, hoje, pratica uma TIR?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - 8,75, 9,75.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** O senhor está coberto de razão, passou na chamada oral. Nós temos aqui a Via Oeste, na Rodovia Castelo Branco, do quilômetro 13,7 ao 79,38; resumindo, do 13 ao 80, uma TIR de 19.33.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - É a TIR inicial do contrato.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - A taxa de retorno dela é em torno de 20%; nós temos uma TIR, que é a taxa de retorno da Colinas, do quilômetro 80 ao 129, em torno de 19,52; ou seja 20%. Nós temos uma TIR da SPVias de 19,85, que vai do km 129 ao 315, até o final da Castelo, com uma TIR de aproximadamente 20% – e corta o uso do usuário. Isso é lamentável, e é uma aberração. Se providências não forem tomadas de reabertura desses postos: “Ah, deputado, mas infelizmente não é contratual”, não tem problema nenhum, eu não vou dar sossego para essas empresas.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Isso é lamentável o que estão fazendo com o usuário, faturando um absurdo e não ter um lugar para o usuário poder usar na sua base, que são nove bases, isso é lamentável. Eu vou pedir a reavaliação e providências de V. Senhoria, para que isso seja reavaliado, e que seja novamente aberto esse serviço de atendimento aos usuários. Alguém gostaria de fazer alguma colocação?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Me permite?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Na verdade, essas TIR foram contratuais no contrato original.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Estão faturando há 20 anos.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Hoje a nossa realidade é diferente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Absurdamente um valor que daria para construir uma nova rodovia, o faturamento que eles tiverem em 20 anos.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É verdadeira, essas TIRs são contratuais, inicialmente, no contrato. Hoje elas têm um valor muito significativo, e menor, do que o contrato original, mas é um contrato que nós temos que respeitar. A gente não consegue

modificar essa TIR enquanto esse contrato não for modificado. Fernando, passa para mim, por favor, aquele?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Só para conhecimento, pode tomando as providências, Fernando. Só para conhecimento de V. Senhoria, terá que passar pela Comissão aqui o que foi aprovado na calada da noite, um Projeto de lei que dá autonomia para prorrogar o contrato. E isso, se depender desta Presidência, e dos membros desta Casa, eles vão encontrar dificuldade para aprovar, porque uma TIR de 20%? Isso é um assalto à mão armada a nós, usuários da rodovia, nós estamos aqui para defender o povo, e isso nós vamos fazer, pelo menos da minha parte vai ser feito. Fica à vontade, Fernando.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Na verdade, presidente, só em termos de informação, a TIR praticada já na concessão da PIPA foi 9,75, a TIR praticada, que nós vamos estar estimando para o lote litoral, também na ordem de 8 e alguma coisa, então hoje esse cenário mudou muito. Esses contratos foram feitos em 2000, em 1998, 2000, 2002, então são contratos que, naquele momento, a TIR era praticada, e esse contrato tem que ser respeitado.

Eu tomei a liberdade de passar aqui alguns itens que nós estamos trabalhando junto com as concessionárias, eu acredito que também, a concessionária, não tem interesse nenhum em não atender ao usuário dele. É usuário dele, ele vai perder o negócio dele.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas hoje não está atendendo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Mas ele vai perder o cliente dele, se ele maltratar o cliente dele, não está, ele é um negócio, ela enxerga como um negócio. Ele enxerga isso como um negócio. É que, contratualmente, o contrato não previa, agora ele prevê, então nós estamos exigindo bases de atendimento. Na pandemia, olha o que as concessionárias nos ajudaram, prestaram esse atendimento ao usuário, então a gente também cobra das concessionárias esse entendimento, essa visão, e esse apoio ao usuário.

Quando o senhor fala, nós tivermos o abastecimento, não, nós liberamos espaços de todos os postos de pedágio, e todos os postos de apoio que as rodovias estavam utilizando, para descanso dos usuários. Então nós fizemos lá 15 mil vacinações, distribuímos 308 mil kits para os caminhoneiros, teste de Covid, TAGs. Então todo o entendimento que a gente

entendia, e chegou-se à essa conclusão que, durante a pandemia, precisaria da contribuição e da parceria das concessionárias, nós tivemos imediatamente esse retorno, então eu acho que o senhor tem razão quando a gente coloca sobre à disposição, sobre o usuário numa rodovia.

Eu já fui, já fiquei carente de uma necessidade e não tem um posto de atendimento, não é? Nós temos familiares, viajamos com os nossos familiares, com crianças, filhos, netos, enfim, você não tem um apoio, mas hoje a nossa realidade é um pouco diferente, o senhor sabe bem disso. As concessões são vitoriosas, concessões tem. Hoje, as 20 principais rodovias do Brasil, as 17 melhores, estão no estado de São Paulo. O programa de concessão, para nós, é um programa vitorioso, é inegável. O senhor sabe muito, o senhor é uma pessoa mais conhecedora dessa área.

O senhor sabe que é um programa vitorioso, e esse programa está sofrendo alterações, os editais estão sofrendo alterações, presidente. Hoje, o senhor pega um edital, é muito diferente o edital de chamamento de um edital passado. Hoje nós temos uma série de obrigações, estão impondo às concessionárias muito mais obrigações do que os editais passados, porque a gente também entende dessa necessidade.

A preocupação com o usuário é o princípio, a preocupação com a queda de acidentes, com tecnologia. Então os atuais editais de concessão, eles têm um peso muito grande de que, é lógico que é necessário, para as concessionárias. Então a gente está, pelo menos a Artesp, no momento em que eu estou lá, o lote litoral, que é um lote que a gente está mais próximo agora, a gente tem visto os investimentos, as necessidades que estão sendo impostas para as concessionárias em relação aos usuários. Então o senhor tem razão na preocupação do usuário, nós somos usuários de rodovias, então temos que impor essa condição a essas concessionárias.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, e como que está andando as tratativas, o avanço, ou como está evoluindo a questão do ponto a ponto, que a Artesp vem fazendo um trabalho neste sentido?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Deputado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Poderia me dizer alguma?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - A gente tem, na verdade não é, Srs. Deputados presentes aqui, não é uma questão de desculpa, mas é uma questão de constatação.

O ponto a ponto, eu estou me inteirando do que acontece, eu já tive a informação de que o ponto a ponto precisa ser estudado.

Ele precisa ser muito bem estudado, ele apresenta em alguns momentos alguns modelos que trazem uma defasagem tarifária, então, até onde eu pude informar, nós estamos fazendo uma comissão, casualmente até nesta semana nós temos até um colega nosso, que é o Sebastião Ricardo, que é um diretor.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, meu amigo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Que o senhor conhece bastante, e que é um diretor que tem experiência já na Artesp, já foi diretor da Artesp, já foi presidente de concessionária, e voltou para ser diretor. Ele apontou, numa reunião de diretoria, a necessidade de a gente estabelecer um grupo de estudos específico sobre o ponto a ponto. Porque ele tem algumas preocupações, e ele externou essa preocupação dele, e tecnicamente a gente tem que rever, porque, em alguns momentos, esse modelo tarifário do ponto a ponto apresenta, em alguns trechos da rodovia, apresenta um déficit.

Então nesse déficit o Estado acaba contribuindo, ele acaba se responsabilizando por isso, ele repassa para a concessionária, nós temos repasse da Artesp para a concessionária, e quando eu fui assinar um desses repasses, é que a gente – eu achei estranho, fui buscar em informação, e o Sebastião trouxe essa informação à nossa reunião de diretoria, que acontece às quintas-feiras, sobre a preocupação. Então nós temos um grupo, vamos indicar um grupo dedicado para avaliar o ponto a ponto.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, eu gostaria também, uma última colocação, que o senhor visse a situação da cobrança irregular, por vários anos, dos TAGs, ou seja, principalmente da empresa Sem Parar. Isso foi tema discutido nesta Comissão, nós já debatemos bastante, falamos até da possibilidade de abrir uma CPI para investigação, porque teve a anuência, e a compreensão, da Artesp, no passado ela comungou com esta discordância que é do MP, do Ministério Público. O Ministério Público entrou com uma ação para poder não ser cobrado, pois o contrato rezava isso, que não poderia cobrar a taxa de mensalidade das operadoras, pois eram serviços que constavam em contrato, que teria que ser, a cobrança automática gratuita, e bancada pela concessionária, e isso não foi feito.

Desde a instalação da cobrança automática, foi feito um pagamento mensal, faturaram por vários anos, até ter um entendimento do MP que, na minha concepção, lamentável, para



poder cobrar, vamos dizer assim, regularmente. Então eu achava bom que o senhor está tomando posse agora, de dar uma olhada nisso, com relação à cobrança indevida. E também do semiautomático, que seria com o cartão, por 20 anos não implantaram o semiautomático. Por quê? Eu acho que o senhor tem inteligência para me responder por que que não implantaram o semiautomático, o senhor sabe?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Primeiro, por tecnologia, lá atrás. Eu fiz a reunião semana passada, nós temos, hoje, uma única empresa, a Artesp tem a portaria 12, eu estou bem a par, porque semana passada nós fizemos essa reunião. A Artesp tem a portaria 12, que regulamenta, e estabelece, todos os critérios para homologar empresas credenciadas para o semiautomático.

Só temos uma única empresa credenciada, que é a Facility, ela está totalmente credenciada de acordo com a portaria 12. Ela presta serviços para a CART, para a Tebe, ela presta serviços para algumas outras concessionárias. Recebemos, recentemente, da Veloe, que é uma operadora que a gente chama de OSA, que é operadora do sistema de arrecadação, o pedido também de credenciamento da Osa para sistema semiautomático.

Estão sendo realizados na SPMar agora, junto com essa própria Facility, para ver o sistema que a Veloe está trazendo para o semiautomático, junto com, nós temos um órgão credenciador, que é o IPT, que ele está analisando isso, não recebemos ainda o relatório do IPT com relação à homologação do sistema da Veloe. O sistema tem o sistema de arrecadação, e tem o próprio equipamento, que também tem que ser homologado, me parece que tinha alguma inconsistência, talvez, no equipamento que a Veloe estava apresentando.

Então a reunião passada, da semana passada, que nós fizemos com a diretoria, com a área de informática, com área de TI, que estamos aguardando. Eu assinei segunda-feira uma carta ao IPT, cobrando do IPT um relatório preliminar da análise do semiautomático, o semiautomático é muito importante para motocicleta. Enfim, nós temos, dentro dessa área de TAGs, nós temos uma evolução muito grande, nós temos um caminho muito grande para ser percorrido, então nós vamos cobrar das operadoras essa evolução, e o semiautomático é uma evolução.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Na verdade é uma só, esses dias eu estive no mercado, e na hora de pagar, no caixa, a menina falou: “Débito ou crédito?”, e eu falei: “Não aceita dinheiro?”, “Ah não, aceitamos”. Então isso já, estou dizendo isso porque isso já está na cabeça do povo, é tanta coisa que só se paga hoje em

cartão, e há 22 anos atrás se previa a cobrança semiautomática. E por que não aprofundar conhecimento, gestão para poder fazer a cobrança semiautomática? Para as pessoas migrarem para o automático.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI - Sim.**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** E pagar a mensalidade, eis a questão, pagar a mensalidade. Então não vamos difundir, não vamos incentivar, e não vamos fazer.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** O senhor diz do semiautomático?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Do semiautomático.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Tá, tinha interesse naquele momento?

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Não houve interesse por quê? Porque tinham interesses escusos.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Eu acho que era, não sei, se me permite o desconhecimento até.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Sim.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Até a minha observação pessoal, eu acho que era pela tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Vou repetir, o senhor está há dois meses lá.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Três agora.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Três meses, 80 dias.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Mas uma hora esse período vai acabar.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas a realidade é uma só, o senhor se atenta para isso.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Tá? Porque o Senhor será cobrado nesta Comissão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim, o senhor viu que a gente tem.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - O semiautomático é de suma importância para a nossa população.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Porque quem tem dinheiro hoje? Eu mesmo já tive que: “Ah, o senhor faz o retorno e volta na cidade, porque tem banco lá, o senhor troca”.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Quatro horas, é.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - E tem que pagar, quando eu não tinha o automático, eu tive que fazer isso. E quantas pessoas não fazem isso? E tem um cartão, e não pode ser usado o cartão, mas porque não tinha interesse de ser usado o cartão? Para o usuário migrar para o automático, e pagar a mensalidade, mas eu confio no trabalho de V. Exa., e gostaria que o senhor visse com carinho esta situação.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Já vi que é um.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Do semiautomático, que é de suma importância hoje para a população, que praticamente hoje o dinheiro é o de plástico, é o cartão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Nós já detectamos essa dificuldade, o senhor viu que na semana passada eu já fiz a reunião, já emitimos uma carta ao IPT e para as empresas credenciadas, só temos uma empresa credenciada hoje no mercado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas vamos credenciar dez, 20.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está aberto, presidente, está aberto para as empresas se credenciarem, existe uma portaria que é a portaria 12, que regulamenta tudo isso, e as empresas não se credenciam na verdade, nós não podemos obrigar as empresas a se credenciarem. Nós estabelecemos a regra, a Artesp fez um regramento bastante rigoroso, então o processo de credenciamento de uma operadora para o semiautomático, tanto que só teve uma que se credenciou, e ela está cobrando da gente exatamente isso, porque as outras. Ela quer que a gente emita uma carta para o mercado, que eu discordo.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós vamos emitir do gabinete essa carta, como Presidência da Comissão, e como membros da Comissão.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Precisa se credenciar, o regramento está claro, nós temos toda a habilitação, temos todo o regramento para credenciar, para nós, não temos nenhum interesse, quanto melhor isso, quanto mais tiver opção para o usuário, melhor.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sem dúvida nenhuma.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É esse o interesse.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Bom, mais algum questionamento, alguma colocação dos Srs. Deputados? Paulo Fiorilo, à sua disposição.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Só pela oportunidade.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Lógico.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Três questões: Rodoanel norte.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Eu vi o relato do cronograma, mas eu tenho dúvida: as obras foram retomadas já ou não?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não, foi publicado o edital, deputado, e a abertura de edital provavelmente em dezembro.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - E a situação da empresa contratada, que era a mesma que prestava serviço para uma das empresas que foram denunciadas, o senhor sabe qual é o status da obra, dessa empresa? O senhor deve ter lido.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Na verdade, o processo foi o seguinte, eu faço parte um pouco, quando eu estava como presidente da Dersa. Nós contratamos um escritório de advocacia, o Toledo Marchetti, que foi o processo de escolha natural de mercado. Esse escritório é um dos credenciados para trabalhar na arbitragem, nas câmaras de arbitragem das construtoras, com relação aos débitos que elas têm, ou créditos que a gente tem, junto à Dersa.

Ao longo do processo, existe uma necessidade de uma análise mais técnica, como é um escritório de advocacia, ele precisa de um assistente técnico. Então naquele momento, nós contratamos uma empresa carioca, eu fui contrário, eu desabilitei essa empresa, ela entrou com um mandado de segurança, ela ganhou o mandado de segurança e eu fui obrigado a habilitá-la. Pelas entrevistas técnicas, nós tivemos dificuldade de habilitar essa empresa. Eu, na época como presidente, eu não habilitei essa empresa, essa empresa entrou com um mandado de segurança, o juiz entendeu que teria que habilitá-la, e eu habilitei.

Este ano essa empresa dissolveu, essa empresa carioca, a HK, dissolveu, e a Dersa teve que contratar, para dar continuidade aos processos de câmara de arbitragem, teve que contratar uma nova assistente técnica. E aí contratou essa, estava em negociação até onde eu sei, deputado, estava em negociação de contratação dessa empresa que, me parece, que alguém aponta um conflito de interesses, porque ela já defendeu a OAS.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Perfeito.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - A gente está, a Dersa está, o secretário estava bastante empenhado nisso, eu acho até estranho uma empresa desse porte, dessa qualidade, não se manifestar que ela já tinha um conflito de interesses. Eu também acho, todos nós achamos estranho o porquê de a empresa não ter se manifestado. Isso está um processo interno lá na Dersa, o secretário João Otaviano está agora, a secretária Priscila, como ele está afastado é a Priscila que está como secretária executiva, está com esse processo na mão. Eu tive a oportunidade de estar sexta-feira lá, eu vi que eles estavam deliberando sobre isso, eu não tenho a decisão ainda.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Só pela oportunidade, esta Assembleia aprovou a extinção da Dersa, qual é o status da Dersa hoje? Já que o senhor teve a oportunidade de a dirigir.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Ela está num processo ainda de dissolução.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Mas ela ainda continua.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Continua.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Sendo responsável por tocar os processos?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Sim, ainda os processos vigentes, ela não pode mais contratar, ela não pode mais ter nenhuma ação futura. A Dersa já não pode mais contratar mais nenhum contrato.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Mas ela vai concluir aquilo que ela tinha?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Ela vai concluir, agora ela vai ser extinta, me parece que tem uma assembleia agora para dissolver a diretoria, no segundo momento a dissolução dos funcionários, e é nomeado um liquidante. Esse liquidante é que vai ficar responsável por trabalhar com todos os processos, até o seu fim do contrato, manter os contratos, recursos, e administrar esse passivo final.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E quem toca a Dersa hoje?**

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** É o presidente, hoje ele está empossado, a diretoria ainda é vigente.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Continua ele tocando?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Continua, a diretoria continua vigente, e subordinada ao secretário.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Tá, só duas últimas coisas, o deputado Madalena falou da TIR da Castelo, é isso?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Sim.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** E o senhor apresentou esses slides, mostrando.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Alguns benefícios que.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Mas não é, esses benefícios não estão na Castelo só?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Não, são todas as rodovias.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** Me parece que, assim, a política de contrapartida, nesse caso, mesmo que eu considerasse todas essas da Castelo.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** É pequena?

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT -** É muito pequena perto do.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI -** Mas é gratuito isso, não é contratual.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - É que, na realidade, assim, almoço de graça eu desconheço, não é? Se alguém tiver aí me avisa. Assim, o lucro alcançado é muito maior, então minha pergunta é: quando vence o contrato, no caso da Castelo, o senhor tem essa data?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Esse contrato, houve acho que dois ou três, alguns termos de modificação, que eles chamam de TAM, de aditivos, que adicionaram prazos por conta de obras, enfim, por uma série de reequilíbrio, me parece que era 2022, eu não tenho certeza, mas me parece. O contrato original já venceu, o contrato futuro, com esse termo aditivo, me parece que é em 22, 2022.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Eu queria sugerir à Presidência que pudesse ficar atenta ao vencimento, porque é a oportunidade ímpar de mudar as cláusulas contratuais que foram estabelecidas há, sei lá.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Vinte anos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Vinte anos atrás, mas que me parece, agora, muito distante da realidade, por fim.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Nós podemos fornecer, deputado, a esta Casa, a esta Comissão, o vencimento de todos os contratos.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Acho prudente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós já fizemos essa solicitação, e já obtivemos a resposta na semana passada – não é, Reinaldo?

**O SR.** - Isso, o Fernando até que providenciou.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Eu tenho-os de posse.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - De todos?



**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - E envio a vocês.

**O SR.** - Nós já enviamos isso, deputado.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Eu não sou membro, mas eu tenho muito interesse de acompanhar, porque isso diz respeito diretamente aos usuários, e ao Estado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sem dúvida nenhuma.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Por fim, Dr. Milton, até porque eu preciso sair, eu fiquei com uma dúvida na primeira questão que eu levantei ao senhor, sobre a questão da Artesp e a EMTU. No entendimento do senhor, a agência atuar na operação não conflita com o papel de fiscalização? Essa era a minha pergunta, eu só estou transformando ela de uma forma mais clara.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Não, eu não vejo.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Porque o exemplo que o senhor deu, balsas, eu até entendo, mas assim, opera balsa, para quem opera no caso lá da Dersa, não havia uma contradição, a Dersa não era agência. Nesse caso, é passar para uma agência a atividade-fim. É só essa dúvida.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Eu entendo como uma atividade auxiliar a fiscalização, o contrato, gestão do contrato, a regulação do contrato, todos os seus modificativos, todos os seus itens, isso permanece, tanto faz para lá, quanto o que está que, eu não vejo dificuldade nisso.

O que eu vejo, talvez, dificuldade, é a adaptação dessa atividade operacional só, mas é uma dificuldade de adaptação inicial, porque não conflita, as atividades não são conflitantes, a Dersa também executava o contrato, fazia a gestão do contrato, e fazia a fiscalização. Então hoje nós fazemos a fiscalização nas concessionárias, de todas as ordens, até a fiscalização operacional – então prevê isso, está previsto no contrato.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Uma última coisa que não tem, é uma questão pessoal, a gente conversou ainda antes sobre a Artesp. Aquela alça de Suzano, lembra que a gente conversou?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Nós tivemos essa conversa.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Me perdi, que é a dos Fernandes ou não?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso, da Estrada dos Fernandes.

**O SR. PAULO LULA FIORILO - PT** - Mas eu estou bem representado, obrigado. Obrigado, Sr. Presidente, vou me retirar, porque eu vou votar contra o 529.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Pela ordem, deputado Rodrigo Gambale.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Quero só agradecer a presença dos vereadores de Bastos, o meu amigo Buchinha, e também o Pena Branca, que é o maior locutor da região, e o assessor Leandro Zanelli, que também está aqui com a gente. E agradecer mais uma vez ao Dr. Milton, e só ficou faltando, Dr. Milton, a situação de Mogi das Cruzes, se haveria o pedágio, se fariam novas audiências públicas naquele trecho do litoral, que o senhor comentou que tinha.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Nós trouxemos um slide que representa um pouquinho o atual estágio do lote litoral, ele tem 222 quilômetros de extensão, ele tem um Capex de três bilhões, que são os investimentos, a operação gira em torno de 22 bilhões e 770 milhões de repasse, que isso também é importante, presidente, os repasses do ISS para os municípios.

Isso é um benefício que os contratos têm trazido, os contratos de concessão, esses repasses são, em alguns casos, são bastante vultosos, são bastante importantes para os municípios. Na verdade, são repasses do ISS que as rodovias têm em função dos pedágios, e do trecho que ela percorre em relação ao município. Então, se ela tem dez quilômetros de

rodovia naquele Município, ela paga percentualmente, o repasse é dado para ela percentualmente a esse Município, do trecho que ela percorre, que a concessão percorre.

O prazo de concessão ainda é 30 anos, então isso também é um prazo que nas modelagens, presidente, ele acaba, não conseguimos trazer para uma modelagem econômica financeira num prazo menor, ele não consegue se estabelecer economicamente viável, a concessão, quando você traz para um prazo menor.

Você tem que diluir, a quantidade de investimentos é muito grande, então você tem que dar prazo a eles, para que ele possa executar. São cinco praças de pedágio, já foram feitas as audiências públicas, as consultas públicas também já foram feitas, e tem esse grande dilema aí do pedágio de Mogi das Cruzes, lá em cima, que não está definido, deputado. Isso ainda é um grande, a grande dificuldade do processo de licitação é a definição do ponto exato desse pedágio, a definição. Se bem que nas audiências públicas isso já foi bastante tratado com os prefeitos, com toda a população.

Mas ainda, o lote litoral ainda não está completo, nós tivemos uma reunião na semana passada para falar sobre a TIR, viu, presidente? Tratar sobre a TIR desse lote. Então por isso que eu lhe digo que a TIR gira em torno de oito e alguma coisa, oito ou nove, mas é bem diferente dos contratos originais.

Então ainda não, deputado, ainda não está definido ainda o modelo econômico e financeiro, a modelagem, e inclusive a modelagem impacta no pedágio. Então a posição de pedágio, quanto esse pedágio vai contribuir para a concessão, tem um pedaço importante também em Itanhaém. Os pedágios de Mogi, em Itanhaém, têm um peso a mais nos outros pedágios, ele tem um percentual de faturamento maior, então ele impacta mais para a concessão, então logicamente que tem alguns – para a concessão é imposta uma série de situações que ele vai ter que executar, em termos de obra.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Doutor, só para deixar claro aqui, porque essa é uma briga nossa já aqui na Comissão, o presidente Ricardo Madalena sabe o quanto a gente trabalhou por isso, mas, por exemplo, ali em Mogi das Cruzes eles querem colocar um pedágio onde a Rodovia Mogi-Dutra foi completamente duplicada pelo Estado.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Isso, pelo DER.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Não teve nenhum tipo de investimento da concessionária. E como ali é o acesso da cidade, ainda mais porque a Mogi das Cruzes, ela é

a cidade mãe ali, que tem a maior articulação, que tem os maiores investimentos entre Itaquá, Arujá, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, a gente usa muito Mogi das Cruzes como cidade de referência.

E isso acarretaria em algo muito impactante, financeiramente, até para as pessoas que moram nos condomínios da rodovia, não existe lógica. E essas audiências públicas, elas não tiveram a participação da população, porque elas foram marcadas às segundas-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras, às dez horas da manhã.

A população que utiliza, que tem um veículo, que tem um carro, e utiliza a rodovia, geralmente nessa hora, por ela ter um veículo, ela está trabalhando. Então o que a gente pleiteou, e esta Comissão fez o papel de enviar um ofício à Artesp, que novas audiências públicas fossem feitas em horários em que a população pudesse estar presente, e que retirasse pelo menos esse pedágio da Mogi-Dutra, porque não tem o menor investimento das concessionárias, e a menor lógica.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Está bom, isso está com um ponto de atenção dentro do projeto, tem dois pontos de atenção que a gente está discutindo, que é esse pedágio de Mogi, são os pedágios de uma certa forma, de localização, investimento, e o ponto do segundo são as taxas internas de retorno.

Então isso ainda, com certeza isso deve estar, o programa é que esse edital vá a leilão em dezembro, então é interesse do Governo, então está se finalizando, isso está junto com, agora foi para a Secretaria de Desestatização lá no, está junto com o Mauro Ricardo; é a subsecretária Tarsila que está cuidado, gerenciando, e fazendo a modelagem junto com o IFC que é um instituto internacional, contratado para fazer essa grande modelagem.

Então eu pedi uma apresentação, eles me fizeram a apresentação técnica, nós estamos – amanhã tem uma reunião, ainda técnica, para a definição de alguns detalhes, e ainda não está fechado, deputado, esse processo ainda não está concluído.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, eu acho que só agradecer aqui a presença do Milton Persoli, que prontamente nos atendeu para estar presente aqui na data de hoje, remodelou a agência, é essa que é a verdade, até no atendimento aos deputados. A reclamação que nós tínhamos aqui diária se encerrou, parabéns pelo seu trabalho, viu, Milton?

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Por aquilo que você vem.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - É o nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Sim, o Dutra, que nos atende muito bem, como seu assessor, assessor do João Otaviano, que, se Deus quiser, vai estar restabelecido aqui conosco.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Graças a Deus.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Dentro em breve. Agradecer aqui a presença dos vereadores de Bastos, região que a gente atua fortemente lá da Alta Paulista, agradecer ao deputado Dalben, que está aqui conosco, pronto e restabelecido – não é, Dalben? Passou um momento difícil na sua vida com a Covid, mas graças ao bom Deus está aqui conosco. Justificar aqui a ausência do Xerife do Consumidor, que não pôde estar presente, devido a reunião que já tinha agendado. E, nada mais havendo a declarar na presente reunião, encerro os trabalhos. Muito obrigado a todos que estiveram presentes.

**O SR. MILTON ROBERTO PERSOLI** - Obrigado, presidente, obrigado a todos.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*